



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
**PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DA
EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA
GRADUAÇÃO – SEGUNDA LICENCIATURA**

**PICOS – 2010
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES – PARFOR**

REITOR

Prof. Dr. Luiz de Sousa Santos Júnior

VICE-REITOR

Prof. Dr. Edwar de Alencar Castelo Branco

PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO

Profa. Dra. Regina Ferraz Mendes

COORDENADORIA DE CURRÍCULO

Profa. Dra. Antonia Dalva França de Carvalho

DIRETORA DO CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS

Profa. Dra. Hercília Maria Lins Rolim Santos

VICE-DIRETR DO CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS

Prof. Dr. Alessandro Rodrigues Pimenta

COORDENADORA GERAL DO PARFOR-UFPI

Profa. Ms. Maria da Glória Duarte Ferro

COORDENADORA ADJUNTA DO PARFOR-UFPI

Profa. Ms. Luciana Nobre de Abreu Ferreira

COORDENADORA DO CURSO DE HISTÓRIA PARFOR-UFPI

Prof. Dr. Francisco Alcides do Nascimento

Profa. Ms. Nilsângela Cardoso Lima

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO CURSO

Profa. Ms. Ana Paula Cantelli Castro

Prof. Dr. Francisco de Assis de Sousa Nascimento

Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Pinheiro

Prof. Ms. Frederico Amorim Lima

Prof. Dr. Johny Santana de Araújo

Prof. Ms. José Lins Duarte

Profa. Ms. Marylu Alves de Oliveira

Profa. Ms. Olívia Candeia Lima Rocha

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

DENOMINAÇÃO DO CURSO

Licenciatura em História

DURAÇÃO DO CURSO

Mínima: 2 (dois) anos

REGIME LETIVO

Período especial (Janeiro, fevereiro e julho)

TURNOS DE OFERTA

Diurno e Vespertino

VAGAS AUTORIZADAS

50 vagas por semestre

CARGA HORÁRIA

TOTAL: 1.365 (mil trezentas e sessenta e cinco) horas

Total de Disciplinas (Específicas, Pedagógicas e Interdisciplinares)	1.035 horas
Estágio Supervisionado	210 horas
Trabalho de Conclusão de Curso – TCC	120 horas

TÍTULO ACADÊMICO

Licenciado em História

ACESSO AO CURSO

Através do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR – via processo seletivo, pelo site da Plataforma Freire.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	04
2 JUSTIFICATIVA	06
2.1 Novas Diretrizes Curriculares	07
3 OBJETIVOS	10
4 PRINCÍPIOS CURRICULARES.....	12
5 METODOLOGIA	13
6 O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	14
6.1 O papel do aluno	16
6.2 O papel do professor	17
7 PERFIL DO PROFISSIONAL.....	17
8 COMPETÊNCIAS.....	18
9 EXPECTATIVA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	20
9.1 Perfil dos egressos	20
9.2 Habilidades dos egressos.....	20
10 POLÍTICA DE PRÁTICA DE ESTÁGIO	21
10.1 Gestão da prática	21
10.2 Gestão de estágio	22
11 ESTRUTURA CURRICULAR	23
11.1 Matriz Curricular	25
11.2 Fluxograma do Curso	27
11.3 Distribuição de Créditos.....	29
11.4 Matriz Curricular – Ementário e Bibliografia.....	28
11.5 Estrutura do bloco e Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.....	60
12 REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) DO CURSO DE HISTÓRIA – PARFOR.....	61
13 ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS	67
14 A INTEGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.....	68
15 RECURSOS	69
15.1 Humanos.....	69
15.1.1 Docentes	69
15.2 Materiais.....	69
15.2.1 Salas de aula.....	69
15.2.2 Outros espaços	69
15.2.3 Material bibliográfico.....	70
16 AVALIAÇÃO.....	70
16.1 Da Aprendizagem.....	70
16.2 Do Currículo.....	71
16.3 A autoavaliação do Curso	72
17 REFERÊNCIAS	73

1 INTRODUÇÃO

Desde 2007, os Estados e Municípios brasileiros, com a adesão ao Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, elaboraram Planos de Ações Articuladas - PAR, contendo diagnósticos dos sistemas locais e as demandas por formação de professores. A partir desses dados, viu-se a necessidade de formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica e implantação de uma política nacional de formação desses profissionais. E, por meio do Decreto nº 6.755, de janeiro de 2009, o MEC instituiu a Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica – PARFOR –, com a finalidade de organizar os Planos Estratégicos da formação inicial e continuada, com base em arranjos educacionais acordados nos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente.

O PARFOR é resultado de um conjunto de ações do Ministério da Educação – MEC –, realizado por intermédio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível (CAPES) e colaboração com as Secretarias de Educação dos Estados, dos Municípios, com a finalidade de atender a demanda dos professores das redes públicas de educação básica, sem a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira.

A Universidade Federal do Piauí aderiu ao PARFOR e, com isso, propõe este Projeto Político Pedagógico para o Curso de História de Segunda Licenciatura, na modalidade presencial especial, nos moldes propostos pelo Ato do Poder Executivo instituído pelo DECRETO Nº. 6.755, de 29 de janeiro de 2009 (D.O.U de 20 de janeiro de 2009, Seção 1, ISSN 1677-7042).

Este Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em História propõe a criação de um novo curso de graduação, na modalidade presencial especial, para a formação específica de Licenciados em História, para atuarem no ensino fundamental, obedecendo às Diretrizes Operacionais estabelecidas na Resolução CNE nº 1, de 11 de fevereiro de 2009, que especifica as Diretrizes Operacionais para a implantação do Programa Emergencial de Segunda Licenciatura para Professores em exercício na Educação Básica Pública. Este Programa é coordenado pelo MEC, em regime de colaboração com os sistemas de ensino e realizado por Instituições Públicas de Educação Superior (IPES).

Este projeto apresenta uma matriz político-pedagógica do Curso que provém da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Além disso, procurou-se implementar igualmente as diretrizes do novo Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da UFPI.

O que se propõe é disponibilizar 50 (cinquenta) vagas semestrais, oferecidas para atender as necessidades apresentadas no PARFOR, tendo por meta formar recursos humanos para o ensino fundamental e médio, para atuarem na região, no Estado, enfim.

Considerando que o homem é sujeito e objeto do conhecimento histórico, é função dos Cursos de História informar e formar os indivíduos com base no seu papel no processo histórico, uma vez que o profissional que se pretende formar deverá ser um sujeito crítico e ciente de sua condição de agente da história, eticamente envolvido com a construção de uma sociedade solidária e justa; um profissional que participe efetivamente da construção de um sistema educacional comprometido com os valores democráticos, capaz de realizar interação dialógica entre ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a construção de um conhecimento novo e de qualidade, que possa fornecer perspectivas sócio-culturais para a região.

O Curso de História pretende dar uma formação ao jovem professor-pesquisador dentro de uma perspectiva multidisciplinar que lhe permita desenvolver aptidões voltadas ao ensino, à prática da pesquisa e extensão.

Este documento se fundamenta nas diretrizes e linhas de ação da política de formação dos profissionais ligados ao ensino e à pesquisa em história, definidas pela Associação Nacional de História – ANPUH, pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/96, pelas novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível Superior, Curso de Licenciatura, Resoluções 01 e 02/2002 do Conselho Nacional de Educação e Documento Norteador elaborado pela Comissão de Especialista de História – SESU – MEC, para Autorização e Reconhecimento de Curso de História. Contudo, a formação proposta pelo PARFOR, na sua modalidade de segunda graduação, encaixa-se dentro de uma resolução específica de fevereiro de 2009, que Estabelece as Diretrizes Operacionais para a implantação do Programa Emergencial de Segunda Licenciatura para Professores em exercício na Educação Básica Pública a ser coordenado pelo MEC em regime de colaboração com os sistemas de ensino e realizado por instituições públicas de Educação Superior (Resolução nº 1, de 11 de fevereiro de 2009). O Curso se propõe à formação de professor apto a lidar com a transformação do conhecimento e das práticas educativas e de pesquisa no contexto atual.

Esta proposta de currículo elege como áreas de formação o **Ensino** e a **Pesquisa** e se propõe a garantir uma formação ampla e ao mesmo tempo sólida, capacitando o profissional de História formado na UFPI para atuar como docente no Ensino Fundamental e Médio em instituições escolares. Essa formação se apoia nas orientações gerais a seguir relacionadas:

- instituição da modalidade Licenciatura, no período matutino e vespertino;
- instituição da estrutura curricular por bloco fechado, levando o aluno a matricular-se em todas as disciplinas do bloco curricular e assim propiciar condições concretas para a conclusão do Curso, no seu tempo ideal de duração;
- determinação do prazo máximo de duração de três anos e meio;
- definição de princípios norteadores do currículo sobre os quais estão pautadas todas as disciplinas do Curso;
- definição de uma bibliografia básica e complementar para o Curso, a qual expressa uma literatura fundamental a ser perscrutada durante o Curso que representa a literatura teórico-metodológica essencial para uma formação profissional de qualidade;
- exigência de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, visando a consolidar os estudos investigativos, realizados no decorrer do processo de formação, bem como estimular o graduando ao prosseguimento de estudos no nível de pós-graduação;
- articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, fundada no domínio de conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

As ideias propostas neste documento levam em consideração uma prática pedagógica e de pesquisa capaz de lidar com os desafios impostos pela sociedade da informação.

2 JUSTIFICATIVA

O Curso de Licenciatura em História do PARFOR é destinado aos professores em exercício das escolas públicas estaduais e municipais dos Estados que aderirem ao Plano e que não possuem formação adequada às exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Brasileira (LDB/1996). O professor fará sua inscrição nos cursos por meio de sistema desenvolvido pelo MEC denominado Plataforma Freire, no endereço da web <http://freire.mec.gov.br>, onde terá seu currículo cadastrado e atualizado. A partir da pré-inscrição dos professores e da oferta de formação pelas IES públicas, as secretarias estaduais e municipais de educação terão na Plataforma Freire um instrumento de planejamento estratégico capaz de adequar a oferta das IES à demanda dos professores e às necessidades reais das escolas de suas redes. A partir desse planejamento estratégico, as pré-inscrições são submetidas pelas secretarias estaduais e municipais às IES públicas, que procederão à inscrição dos professores nos cursos oferecidos.

Esta proposta procura estar afinada com os interesses da política educacional proposta pelo PARFOR e em sintonia com o estágio atual do desenvolvimento da ciência histórica e, ao mesmo tempo, ao incorporar as disciplinas específicas, busca-se a flexibilidade suficiente para acompanhar o desenvolvimento dessa ciência, o que determina o perfil do profissional que o Curso pretende formar e a demanda social a ser atendida.

Nesse sentido, o Curso se destina exclusivamente aos professores inscritos no PARFOR (Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica), buscando, em colaboração com as secretarias de educação dos estados e municípios, ministrar cursos superiores gratuitos e de qualidade a professores em exercício das escolas públicas sem formação adequada à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, de dezembro de 1996.

O currículo deverá trabalhar com as dimensões de ensino, pesquisa e extensão, teoria e prática, prevendo uma articulação entre os diferentes aspectos na formação do Licenciado em História. A política de formação deste projeto considera o domínio do processo de produção dos conteúdos, bem como o processo de transposição didática deles como requisitos básicos para formar licenciados competentes, não perdendo de vista as necessidades da sociedade em que se insere o Curso e o desenvolvimento recente da ciência histórica tal qual tem sido desenvolvido nos demais espaços acadêmicos brasileiros e estrangeiros.

Comentado [.1]: retirei um parágrafo repetido

2.1 Novas diretrizes curriculares

Segundo o dispositivo contido nas Leis nos 9.131, de 24 de novembro de 1995, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 10.172, de 9 de janeiro de 2001, na Resolução CNE/CP n°



1/2002 e nos Pareceres CNE/CP nos 9/2001 e 27/2001, e com fundamento no Parecer CNE/CP nº 8/2008, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 30/1/2009, o Programa Emergencial de Segunda Licenciatura é destinado a professores em exercício na Educação Básica Pública a ser coordenado pelo MEC em regime de colaboração com os sistemas de ensino e realizado por instituições públicas de Educação Superior, na modalidade presencial, obedecendo às Diretrizes Operacionais estabelecidas na Resolução nº 1, de fevereiro de 2009 (CNE/CP 1/2009). O programa se dirige aos professores em exercício na educação básica pública com pelo menos 3 (três) anos de atuação em área distinta da sua formação inicial.

Segundo o art. 5º da resolução CNE/CP 1/2009, a carga horária para os cursos do programa deverá ter um mínimo de 800 (oitocentas) horas, quando o curso de segunda licenciatura pertencer à mesma área do curso de origem, e um mínimo de 1.200 (mil e duzentas) horas quando o curso pertencer a uma área diferente do curso de origem, não devendo ultrapassar o teto de 1.400 (mil e quatrocentas) horas. Nesse sentido, este projeto visa a estabelecer uma carga horária de **1.365 (mil trezentas e sessenta e cinco) horas**. Estudos anteriores e experiências profissionais não dispensarão o cumprimento da carga horária dos componentes curriculares.

No art. 6º, consta que a carga horária do estágio curricular supervisionado, conforme determina a Resolução CNE/CP nº 2/2002, art. 1º, parágrafo único, compreenderá 200 (duzentas) horas. Os parágrafos seguintes estabelecem as normas para o desenvolvimento do estágio:

§ 1º As atividades de estágio curricular supervisionado deverão ser, preferencialmente, realizadas na própria escola e com as turmas que estiverem sob responsabilidade do professor-estudante, na área ou disciplina compreendida no escopo da segunda licenciatura.

§ 2º As atividades de estágio supervisionado deverão ser orientadas por um projeto de melhoria e atualização do ensino, realizado sob supervisão concomitante da instituição formadora e da escola.

Parte-se do pressuposto de que somos possuidores de saberes culturais, saberes esses entendidos, aqui, como o acervo de conhecimentos, entendimentos, realizações, progressos, regressões, utopias, desencantamentos, que resultam da aventura que construímos nas inter-relações sociais. Somos capazes de criar ideias, transmiti-las, codificá-las, decodificá-las, acumulá-las, destruí-las, reconstruí-las.

Nesse sentido, não devemos nos vangloriar de nossas aulas expositivas tradicionais, pois elas só permitem que os alunos tomem notas e sejam avaliados no final de cada semestre letivo. Isso é instrução, transmissão de conhecimento, mas se nossas aulas tiverem somente o sentido de informar, nós, professores, seremos dispensáveis, pois os meios eletrônicos cumprem e cumprirão cada vez mais esse papel, sem maiores problemas.

Logo, precisamos de uma educação construtivista, na qual o graduando seja um sujeito capaz de propor e de questionar com base na criticidade. Defendemos, então, uma educação que desperte essa capacidade nos alunos. Consideramos que a proposta para repensarmos a nossa prática docente é a pesquisa, a reelaboração do conhecimento por alunos e professores de forma dialética e cotidiana. Nesse cenário, a aula tradicional terá um papel coadjuvante, sendo que o indispensável será mesmo a orientação e o acompanhamento atento do professor. Não queremos dizer com isso que as aulas expositivas devam ser suprimidas, mas repensadas, para que sejamos capazes de fazer a transposição do monólogo ao diálogo.

O projeto visa também a reforçar, nas práticas docentes, a necessidade de não afastar a produção do conhecimento de nossos valores, desejos, sentidos e a fazer-nos reaprender a conviver e a dialogar com os outros, a escutá-los com atenção. Precisamos de um novo sujeito do conhecimento, que reconheça o papel das tecnologias no contexto da sociedade da informação, mas que também compreenda a força das múltiplas criações, conservando e não destruindo, cooperando e não competindo, partilhando e não concentrando, incluindo e não excluindo, colocando a solidariedade no lugar da xenofobia, buscando a afetividade e a solidariedade.

Comentado [..2]: sugiro não repetir este termo.

Pensar a graduação em História, nesse contexto, é criar possibilidades de saber, conhecer, fazer e ser mais humano; uma relação de ensino-aprendizagem em que todos construam e pensem a sala de aula e os demais ambientes de investigação como o *locus* privilegiado para perceber-se tensões, mas, acima de tudo, um espaço onde se possam debater e construir saídas de forma inteligente, criativa, planejada, e não espaços de reprodução do saber.

Talvez não se esteja apresentando nenhuma novidade do ponto de vista teórico-metodológico, mas o novo é propor uma modalidade de graduação em que os educadores façam uma revisão de suas práticas. E como fazer isso? Através de uma formação profissional que seja interdisciplinar e que indique metodologicamente as condições de possibilidades de comunicabilidade entre ciências e artes, ciências e tradições, razão e sensibilidades, artes e espiritualidade. Seguindo essa trilha, precisamos aprender a religar a parte e o todo, o texto e

o contexto, o global e o local, o universal e o planetário; conhecer minuciosamente a nossa ilha, **sem perder** de vista o horizonte.

Nesse sentido, faz-se urgente a observação de algumas questões, tais como:

- a necessidade da formação teórica e metodológica básica que permita ao graduando uma compreensão, **mínima que seja**, dos níveis empírico e teórico, elementos fundamentais do saber histórico;
- dinamizar a discussão do caráter científico do conhecimento, sua produção, suas características e seus limites, permitindo a religação de saberes entre teorias e conteúdos das diferentes disciplinas ministradas na academia, permitindo ao graduando diminuir a distância que separa a produção intelectual **acadêmica** do ensino fundamental e médio;
- possibilitar uma maior consciência e clareza, por parte dos docentes e dos discentes, em relação à pluralidade dos enfoques teóricos e metodológicos referentes à elaboração **consequente** do manuseio do conhecimento histórico;
- construir um Projeto Político Pedagógico para os cursos que permita a religação dos saberes, a transposição didática e uma maior aproximação do graduando e futuro docente com os problemas da sociedade na qual vive;
- permitir a verticalização dos saberes e práticas docentes e de pesquisa;
- possibilitar uma maior discussão sobre o contemporâneo e a relação entre a História e o tempo.

Desta forma, o Curso tem como preocupação primordial a formação do profissional de História consciente e capaz do exercício da profissão, atentando para o fato de que o saber histórico é resultado de um trabalho produzido em tempo e espaços delimitados.

3 OBJETIVOS

Levando-se em consideração que o currículo compreende todo o conjunto de experiências da vida proposto pelo Curso, **com vistas** ao atendimento dos objetivos, **incluídos** os meios de avaliação, e, diante da constatação da necessidade **de** o currículo adaptar-se às necessidades e aos anseios da sociedade, entende-se que **esse** currículo deverá conter mais do

que conteúdo a ser aprendido; deverá conter objetivos capazes de serem alcançados e que melhorem a vida do indivíduo, seja como cidadão, seja como profissional imerso em uma dada comunidade historicamente localizada.

Sendo a História considerada uma área do conhecimento capaz de conscientizar o homem sobre o seu papel no contexto sociocultural, os currículos dos cursos de História deverão permitir, portanto, a formação voltada para o real, evidentemente que isso ocorrerá dentro de uma perspectiva histórica. Assim, o conjunto de experiências proposto pelos cursos deverá atuar como um processo educativo que permita ao aluno conhecer o seu contexto histórico e nele atuar de forma consciente.

A História, enquanto conhecimento, possibilita o desenvolvimento de aptidões voltadas para o ensino, a prática da pesquisa e extensão. Desta forma, o Curso deverá ter como preocupação primordial a formação do professor consciente e capaz do exercício da profissão, atentando para o fato de que o saber histórico é resultado de um trabalho produzido em tempo e espaço delimitados e que por isso mesmo pode gerar produtos diferentes.

Buscam-se cursos que discutam as transformações que atualmente estão ocorrendo no campo da pesquisa histórica e do ensino-aprendizagem, através de uma ampla revisão de literatura e de práticas docentes até então cristalizadas; cursos que formem e aperfeiçoem recursos humanos que atuem no ensino fundamental e médio, nas mais diversas áreas do conhecimento das ciências humanas e sociais; que formem professores capazes de utilizar, de forma competente, os recursos didáticos, as ferramentas conceituais para transformarem a sala de aula numa oficina constante, lugar onde se constrói e se reconstrói o conhecimento; que formem professores capazes de informar e de formar sujeitos leitores do mundo e, principalmente, de suas individualidades e especificidades; cursos que instrumentalizem os futuros educadores a elaborarem um projeto de docência e de investigação da própria prática; uma graduação que proporcione uma experiência de pesquisa, possibilitando aos discentes desenvolverem projetos e construir conhecimento novo e de qualidade, que sejam capazes de decifrar informações, ressignificá-las.

4 PRINCÍPIOS CURRICULARES

O currículo de um curso é o conjunto de atividades, de experiências, de situações de ensino-aprendizagem vivenciadas pelo aluno durante sua formação. É o currículo que assegura a formação para uma competente atuação profissional. Assim, as atividades desenvolvidas devem articular harmoniosamente as dimensões: humana, técnica, político-social e ética.

Nessa perspectiva, no decorrer do Curso de Licenciatura em História, devem ser considerados os seguintes princípios:

- **Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão** - este princípio demonstra que o ensino deve ser compreendido como o espaço da produção do saber, por meio da centralidade da investigação como processo de formação para que se possa compreender fenômenos, relações e movimentos de diferentes realidades e, se necessário, transformar tais realidades.
- **Formação profissional para a cidadania** - a UFPI tem o compromisso de desenvolver o espírito crítico e a autonomia intelectual, para que o profissional, por meio do questionamento permanente dos fatos, possa contribuir para o atendimento das necessidades sociais.
- **Interdisciplinaridade** - este princípio demonstra que a integração disciplinar possibilita análise dos objetos de estudo sob diversos olhares, constituindo-se questionamentos permanentes que permitam a (re)criação do conhecimento.
- **Relação orgânica entre teoria e prática** - todo conteúdo curricular do Curso de Licenciatura em História deve fundamentar-se na articulação teórico-prática, que representa a etapa essencial do processo ensino-aprendizagem. Adotando este princípio, a prática estará presente em todas as disciplinas do Curso, permitindo o desenvolvimento de habilidades para lidar com o conhecimento de maneira crítica e criativa.

5 METODOLOGIA

O Curso terá caráter presencial e prevê as duas dimensões de alternância formativa integradas: o *tempo-escola* e o *tempo-comunidade*. As atividades tempo-escola serão realizadas nos meses de julho e de janeiro e mais dois encontros sistemáticos no intervalo de cada tempo-escola, totalizando 72 dias. O restante dos 200 dias letivos, **mais especificamente**, os 128 dias, serão destinados às atividades que configuram a dimensão tempo-comunidade, **a serem** realizadas no espaço sócio-profissional do aluno, onde ele deverá refletir sobre os problemas, discutir com a comunidade e colegas e levantar hipóteses acerca das soluções possíveis. Esta dimensão **será concretizada** em sala de aula, a cada retorno, para as atividades de tempo-escola, onde serão discutidas e socializadas. A integralização do Curso será no período de 2 (anos) anos. Os conteúdos estão distribuídos na matriz curricular, caracterizada pelo regime de blocos de disciplinas, denominados de Módulos. A cada ano, serão integralizados dois Módulos, nos quais estão previstas atividades teóricas e práticas.

Trata-se de um curso regular presencial especial, ofertado aos professores da rede pública de ensino, em exercício, que ainda não possuem formação adequada, que tem como objetivo formar professores **capacitados** para exercerem funções de magistério na Educação Básica. Sua metodologia tem como base a *Pedagogia da Alternância*, caracterizada por duas dimensões: o tempo-universidade e o tempo-comunidade. As atividades referentes ao tempo-escola ou o tempo-universidade são realizadas nos meses de férias, julho e janeiro e/ou fevereiro. As do tempo-comunidade **ocorrem** no próprio espaço sócio-profissional do aluno, onde ele é incentivado a refletir, juntamente com os colegas e a comunidade, sobre problemas levantados no âmbito das disciplinas ministradas no tempo-universidade, para levantar hipóteses acerca das soluções possíveis.

A implantação deste currículo não deve limitar-se à operacionalização de um arranjo de conteúdos em disciplinas, devendo ir além da matriz curricular. Isto quer dizer que a questão fundamental não é a formalização de novos conteúdos, mas de uma nova mentalidade **face** aos objetivos do próprio Curso, o que deve estar **ligado** à sua função social. Portanto, o essencial é uma postura teórico-metodológica **diante da** própria disciplina e, portanto, **frente** ao processo social.

Há de existir uma associação de interesses tanto dos docentes quanto dos discentes. Ao nível docente, deverá ser tomada como medida necessária a continuação do processo de

atualização do quadro docente do Curso, através de cursos de Teoria e Metodologia da História, atualização relativa a problemas de natureza epistemológica, bem como a intensificação da prática docente e da pesquisa histórica de caráter interdisciplinar. Deverá haver sempre uma atualização da bibliografia utilizada no Curso.

Deverá ser viabilizada uma política de atualização permanente, possibilitando uma reprogramação das próprias atividades docentes, de forma que essa atuação comporte ou dê mais espaço tanto à pesquisa quanto à extensão.

É importante trabalhar com disciplinas teóricas e práticas, que devem atender a dois objetivos: dar os mecanismos para compreensão da historicidade da própria história, bem como mostrar o processo de sua produção enquanto saber científico e permitir a identificação e a análise, nas disciplinas ditas de conteúdo, dos modelos teóricos sobre os quais esses conteúdos foram organizados. Supondo que há uma teoria que orienta a produção do saber histórico e ainda que essa teoria não necessariamente está colocada de forma explícita pelo historiador, deve-se fornecer instrumentos que permitam ao aluno identificá-la pela análise historiográfica.

O processo de formação teórica deve passar, necessariamente, pela Teoria da História, Metodologia da História, Métodos e Técnicas de Pesquisa, Leitura, Interpretação e Produção de Textos Históricos, além da Historiografia, que possibilitam ao aluno a apreensão e a compreensão das demais disciplinas, dando organicidade ao Curso e possibilitando a inter-relação e a religação dos diversos conteúdos não mais em uma perspectiva cronológica, rompendo o elo causa-consequência da história episódica, agrupando os diferentes tipos de saberes produzidos a partir de sua filiação teórico-metodológica, o que será, certamente, um passo a mais no sentido da aproximação e da compreensão de que a história, como saber sistematizado e às vezes até cristalizado, é produzido em condições que são igualmente históricas.

6 O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

O processo de ensino-aprendizagem é o processo através do qual o aluno apreende as competências necessárias para exercer o ofício de historiador. Caracteriza-se como uma sequência ordenada; períodos de atividades com certo sentido; segmentos em que se pode

notar uma trama hierárquica de atividades incluídas umas nas outras, que servem para dar sentido unitário à ação de ensinar. Esse processo envolve relações entre pessoas e está imbuído de várias sutilezas que o caracterizam, a exemplo de: negociação, controle, persuasão, sedução. Por outro lado, em razão de seu caráter interativo, evoca atividades como: instruir, supervisionar, servir e colaborar. Também requer intervenções que, mediadas pela linguagem, manifestam a afetividade, a subjetividade e as intenções dos agentes. Nestas interações, o ensino e a aprendizagem são adaptações, (re)significados por seus atores e pelo contexto.

Porém, o que ocorre na sala de aula não é um fluir espontâneo, embora a espontaneidade não lhe seja furtada, dada a imprevisibilidade do ensino. É algo regulado por padrões metodológicos implícitos. Isso quer dizer que há uma ordem implícita nas ações dos professores (racionalidade pedagógica ou pensamento prático), que funciona como um fio condutor para o que vai acontecer com o processo de ensino, o que implica dizer que o curso das ações não é algo espontâneo, mas sim decorrente da intersubjetividade e da deliberação, pela simples razão de o seu fundamento constituir a natureza teleológica da prática educativa e historiográfica.

O processo de ensino e de aprendizagem, embora intangível, materializa-se na ação de favorecer o aprendizado de uma cultura e/ou na aquisição de conhecimentos e competências, em um contexto real e determinado, configurando-se uma *práxis situada*. Como *práxis*, deixa de ser adaptação de condições determinadas pelo contexto para tornar-se crítica. Assim sendo, estimula o pensamento dos agentes, capacitando-os para intervir nesse mesmo contexto, o que supõe uma opção ética e uma prática social e moral, enfim, uma racionalidade.

Isso significa que pensar o processo de ensino e de aprendizagem do Curso de Licenciatura em História implica definir os fins, os meios, os conteúdos, o papel do professor, o que é aprendizagem, as formas de avaliação. Resgatando a abordagem de ensino que este projeto Político-Pedagógico se orienta, o ensino e a aprendizagem estão fundamentados na racionalidade pedagógica prático-reflexiva, portanto, no princípio teórico-metodológico da reflexão na ação. No interior desta racionalidade, os elementos principais do processo de ensino são (re)significados e um novo sentido lhes é dado, conforme nos mostra o quadro a seguir:

Indicadores	Racionalidade pedagógica prático-reflexiva
Pressuposto	Através da prática reflexiva, forma-se um profissional competente, conhecedor e sensível, reflexivo e dedicado às questões que emanam do contexto de ação para melhoria da educação básica.
Educação	Arte. Atividade prática, ação comprometida ética e moralmente. Processo orientado tanto para a eleição de meios, como a de fins; rege-se por valores éticos e critérios imanentes ao processo de ensino. Ciência Moral. Subjetividade e Intersubjetividade.
Alunos	Heterogêneos, multidimensionais, ativos, interativos, construtores, éticos.
Professor	Agente histórico, reflexivo, pesquisador, autônomo, sujeito epistêmico, participante do processo educativo. Talento artístico profissional. Emancipa-se pela pesquisa.
Prática educativa	Dinâmica e imprevisível; situada e criadora; reflexiva, articulada ao conteúdo dando-lhes significado. Ênfase no <i>como</i> e no <i>que</i> fazer. Subjetivada. Método: deliberação. É conscientemente teorizada, sendo capaz de informar e transformar, refletidamente a teoria que, por sua vez, informou-a. <i>Lócus</i> de sujeitos reflexivos e ativos.
Aprendizagem	Processo de aprender fazendo, significativa; estruturação de conceitos científicos, socioafetivos, espaço-temporal, estéticos, éticos e valorativos, humanísticos.
Planejamento	Significativo. Determinado em função das características biopsicossociais do grupo, coletivo; um guia de ação, flexível.
Avaliação	Processual, comprometida com a aprendizagem de cada aluno e de todos os que pertencem à ecologia escolar. Inclusiva.
Conhecimento	Ético e estético. Dinâmico. Inacabado. É subjetivado, heurístico. Situado na realidade. A postura dos sujeitos em relação ao conhecimento é a de conhecedor, interpretador.
Competência profissional	Utilização de saberes para encontrar soluções para a prática, a partir da prática. Arte da prática, do diálogo e da pesquisa. Autonomia para deliberar. Como fazer? A Reflexão é ética; volta-se para os fins éticos da intervenção (prudência); dos meios e as consequências da ação deliberativa.
Práxis	Situada e criadora.

Quadro 1- As racionalidades pedagógicas do processo de ensino e de aprendizagem
Fonte: Elaboração dos Autores. Teresina, 2008.

Diante deste referencial teórico do processo de ensino, cabe especificar qual o papel do aluno e do professor.

6.1 O papel do aluno

Pela forma como o currículo se organiza, o aluno do Curso de Licenciatura em História é um dos sujeitos do processo de ensinar e aprender. Nesse processo de construção de

conhecimento, ele deve assumir uma postura de curiosidade epistemológica, marcada pelo interessar-se por novas aprendizagens e desenvolver a capacidade de trabalhar em grupo atitudes de ética e de humanização, responsabilidade e espírito crítico-reflexivo.

6.2 O papel do professor

A natureza epistemológica do papel do professor está condicionada a uma inteligibilidade ou a um saber-fazer (por isso também é intelectual) que fomenta saberes que vão além de saberes éticos, morais e técnico-científicos. Requer saberes interpessoais, pessoais e comunicacionais, para que a relação estabelecida entre alunos e professores possa favorecer o processo de ensino e de aprendizagem.

No Curso de Licenciatura em História, estes saberes assumem importância, uma vez que os professores, agindo como mediadores do conhecimento, podem desempenhar papéis de orientadores e de preceptores. **Os orientadores** são professores vinculados ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Piauí, todos com formação profissional na área de História. Também são orientadores aqueles professores que acompanham o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dos alunos.

7 PERFIL DO PROFISSIONAL

O Curso propõe formar um licenciado, não só proficiente na área, como também abordar temas relativos à realidade da escola, discutindo seus problemas e perspectivas de ação pedagógica. Considerando o papel do homem tanto como sujeito quanto como objeto da história e, ainda, a função do Curso de História de fornecedora dessa consciência, o profissional que se pretende formar deverá:

- exercer atividades de ensino nas etapas e modalidades da Educação Básica;
- ter consciência do seu papel como agente social que, como cidadão e como profissional, compreenda a realidade em que se insere, ao mesmo tempo em que

domine as formas de produção e reconstrução do saber a respeito desse contexto sócio-cultural no qual está imerso;

- compreender que as diversas visões de mundo correspondem não só a práticas sócio-culturais diferenciadas, como processos diferenciados de produção de saberes e práticas;
- dominar os conteúdos da área e as respectivas metodologias de ensino a fim de construir e administrar situações de ensino-aprendizagem;
- adquirir elementos que permitam a identificação, nos conteúdos programáticos e na bibliografia do Curso, diferentes posições teóricas e metodológicas que orientarão a elaboração do seu conteúdo e do ensino visando à aprendizagem do aluno;
- identificar a posição do Brasil e do Piauí no contexto das nações e as injunções e interesses que permeiam essas relações;
- atuar no planejamento, organização e gestão de instituições e sistemas de ensino nas esferas administrativas e pedagógicas;
- compreender a aprendizagem como processo de construção de conhecimentos, habilidades e valores e interação com a realidade e com os demais indivíduos, na qual são colocados em uso capacidades pessoais.

8 COMPETÊNCIAS

O parecer CNE/CP 009/2001, no que concerne à formação do professor, aponta para três competências nucleares que devem fundamentá-la: a **competência teórico-prática**, que consiste na investigação de saberes já proclamados e na produção científica fundada no inusitado. Ela exige do professor liderança intelectual aliada ao papel de educador, ou seja, que tenha uma prática pedagógica norteada pela incessante busca de conhecimentos; a **competência dialógica**, que se caracteriza pela compreensão do educador como agente de interlocução entre a escola e a sociedade. O processo dialógico deve levar em conta: a interação entre os agentes das instituições de ensino em si, os diferentes segmentos em cada instituição de ensino, os espaços educacionais e as políticas públicas, a escola com a sociedade, construindo um projeto político pedagógico que valorize a importância da instituição escolar na comunidade e da escola com o homem, respeitando-se o aluno real. Por

fim, a **competência ética**, que diz respeito à grandeza e à responsabilidade de ser educador, cuja prática é inerente à responsabilidade científica e à responsabilidade pela vida. Essa **competência** determina a construção de um projeto político pedagógico fundado em relações de respeito entre aqueles que ensinam e aqueles que aprendem, a consciência de que o professor é uma pessoa pública, cujos valores ultrapassam a sala de aula, repudiando ideologias e práticas transgressoras da dignidade humana.

Ao professor de História, além do domínio dos conhecimentos específicos que norteiam sua abordagem teórica, a compreensão, a identificação e a resolução de outras questões inerentes à sua prática profissional também se fazem necessárias. Cabe-lhe, portanto, saber avaliar criticamente sua atuação e o contexto em que atua, interagindo cooperativamente com os profissionais da educação e com a sociedade.

No tocante às competências e às habilidades específicas do professor de História, é necessário que o mesmo, além daquelas competências inerentes a qualquer educador, seja capaz de:

- dominar as concepções teóricas e metodológicas que orientam o trabalho docente;
- dominar a investigação e a análise das relações sócio-históricas;
- distinguir diferentes relações de tempo e espaço;
- dominar os conhecimentos inerentes às diferentes épocas e civilizações, bem como suas inter-relações e conteúdos que integram o currículo do Ensino Básico;
- dominar conteúdos básicos sobre a pesquisa, a produção e a difusão de saberes historiográficos, no âmbito acadêmico das instituições de ensino, museus, arquivos e projetos de preservação da memória e do patrimônio cultural, em consonância com o que os professores irão ensinar nas diferentes etapas da escolaridade;
- dominar conteúdos que integram o currículo do Ensino Básico;
- dominar os conteúdos a serem socializados, os seus significados em diferentes contextos e sua articulação interdisciplinar;
- produzir, criticar e transmitir conhecimentos, visando à aprendizagem do aluno;
- distinguir a História enquanto disciplina da história vivida;
- perceber a historicidade em todas as manifestações sociais e culturais;
- reconhecer e valorizar as diferenças presentes nas práticas sociais, o acolhimento e o trato da diversidade.

9 EXPECTATIVA DA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL

Na finalização dos créditos da Licenciatura, há expectativa da formação de um profissional da educação básica, isto é, um professor licenciado em História que possa atuar na segunda fase do ensino fundamental e no ensino médio, tanto na rede pública quanto na rede privada. A meta é formar um profissional que tenha compromisso social e político com a docência e que seja capaz de repensar constantemente sua prática.

9.1 Perfil dos egressos

Ao final do Curso, os **licenciados** em História deverão:

- dominar o processo de produção do conhecimento histórico em suas diversas perspectivas;
- dominar os conteúdos que integram o currículo do Ensino Básico na área, bem como das dimensões legal, social, política e econômica da educação básica;
- ser capazes de refletir sobre o conhecimento produzido, utilizando-se de metodologias e técnicas, no ensino de História, adequadas ao exercício pedagógico;
- ser capazes de transformar o saber acadêmico em saber escolar e de atuar na defesa da melhoria do ensino fundamental e médio, no principal espaço social do ofício: a escola;
- ser capazes de ensinar, pesquisar e intervir na realidade escolar.

9.2 Habilidades dos egressos

Ao final do Curso, os **licenciados** deverão:

- dominar os conceitos estruturadores e os conteúdos básicos da História;

- usar criatividade, postura crítica na investigação e produção de novos conhecimentos sobre o campo que possibilite o aperfeiçoamento da prática pedagógica;
- dominar os métodos e técnicas pedagógicas que permitam a transformação do conhecimento científico, em matéria de ensino, para os diferentes níveis de ensino;
- dominar as novas tecnologias e técnicas pedagógicas adequadas aos diversos conteúdos ministrados e aplicadas ao ensino;
- utilizar abordagens didático-pedagógicas adequadas ao ensino de História no Ensino Fundamental e Médio;
- planejar e avaliar as atividades didáticas com a finalidade de orientar a aprendizagem e o conhecimento sobre a dimensão cultural, social, política e econômica da educação;
- ter a capacidade de autogerenciamento do desenvolvimento profissional e a compreensão dos valores expirados na sociedade.

10 POLÍTICA DE PRÁTICA E ESTÁGIO

10.1 Gestão da prática

O Curso de História oferece os elementos necessários para a compreensão do processo de produção do conhecimento histórico e seus desdobramentos, como condição essencial a um melhor entendimento do presente, ao exercício da cidadania e à inserção do indivíduo na sociedade. A dimensão pedagógica, no Curso de História, na modalidade de Licenciatura, será desenvolvida, ao longo do Curso, tendo em vista a necessidade de associar prática pedagógica à conteúdo, de forma sistemática e permanente. A estrutura da prática de ensino revela a preocupação com a necessidade de desenvolver o domínio dos conteúdos a serem socializados, ligando-os aos seus significados em diferentes contextos e sua articulação interdisciplinar e, sobretudo, com a necessidade do desenvolvimento das competências referentes ao domínio do conhecimento pedagógico.

Esta proposta para o Curso de História está preocupada com a dimensão pedagógica para que a matriz curricular não fique reduzida a um espaço isolado, restrita ao estágio e desarticulada do restante do Curso. Nesse sentido, a prática de ensino está presente a partir da metade do Curso, permeando o processo de formação do professor, no interior das áreas e das disciplinas que constituem os componentes curriculares de formação do professor.

Em consonância com a Resolução CNE/CP 01, de 18 de fevereiro de 2002, o Curso de História estrutura a dimensão pedagógica com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão, visando à atuação em situações contextualizadas, com o registro dessas observações realizadas e a resolução de situações-problema. A presença da prática profissional na formação do professor do Curso de História não prescinde da observação e da ação direta, devendo ser enriquecida com tecnologias da informação. Daí a necessidade de um laboratório de informática para operacionalização de tratamento de documentos primários e uso da técnica da história oral, e um laboratório de multimeios com tela de projeção, sistema de som, retroprojetor, notebook e data-show, além de mapoteca e de um acervo de filmes e documentários referentes aos diferentes conteúdos ministrados.

Preocupada com a articulação teoria-prática no Curso de Licenciatura em História, a dimensão pedagógica inclui a disciplina **Teoria e Metodologia do Ensino de História**, que será ministrada em disciplinas do Núcleo Específico, que possibilitem a transformação do conhecimento histórico, produzido nas áreas de História Antiga e Medieval, História Moderna e Contemporânea, História da América e História do Brasil e do Piauí, em matéria de ensino.

10.2 Gestão do estágio

O estágio curricular supervisionado, tal como foi definido na lei 6.494/77 e pelas posteriores medidas que o regulamentam, entre elas o parecer CNE/CP 09/2001, de 08/05/2001 (que dispõe as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação básica, em nível superior, curso de licenciatura), possibilitará ao graduando aprender a ser professor-pesquisador. Assim, configura-se como uma atividade intrinsecamente articulada com a prática de ensino e com as atividades acadêmicas.

O estágio curricular supervisionado de ensino é o momento da formação em que os alunos efetivam, sob a supervisão de profissionais experientes da escola e do Curso de

Licenciatura em História, o exercício da docência e as outras atividades ligadas ao ambiente escolar, tais como diagnóstico escolar, participação nas reuniões de planejamento, projeto político pedagógico da escola, observações de aulas, preparação de planos de ensino e planos de aula etc. Esta é a ocasião para verificar-se e provar-se a realização das competências exigidas na prática profissional, especialmente no que se refere à docência.

Segundo resolução específica para esta modalidade de curso (segunda formação oferecida pelo PARFOR), o **estágio curricular supervisionado de ensino**, com um total de **210 (duzentas e dez) horas**, deve iniciar-se a partir do terceiro semestre do Curso de História, modalidade Licenciatura, sob a responsabilidade da Universidade Federal do Piauí, nas escolas da rede pública de educação básica da região, conveniadas com a UFPI. A atuação ocorrerá, sobretudo, nas séries finais do ensino fundamental e do ensino médio. O tempo de duração previsto na escola é de dois meses, intercalados ou não, a cada semestre, pois, dessa maneira, permite a adequação às especificidades das diferentes instituições escolares de ensino em termos de tamanho, localização, turno e clientela.

O **Coordenador de Estágios** do Curso de História terá as seguintes atribuições: coordenar, acompanhar e providenciar, quando for o caso, a escolha das escolas da rede pública de educação básica para estágio; solicitar a assinatura de convênios ao Coordenador de Estágios da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação e cadastrar as referidas escolas para estágios; apoiar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das atividades de estágio e manter registros atualizados sobre os estagiários do Curso.

O **Professor Orientador de Estágio** terá as seguintes atribuições: proceder, em conjunto com o colegiado de professores do Curso e do coordenador de estágios, a escolha das escolas; e planejar, acompanhar e avaliar as atividades de estágio juntamente com os estagiários e o professor responsável pela disciplina nas escolas.

11 ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura do Curso de Licenciatura em História contempla as mudanças a serem implementadas pela adoção do novo Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da UFPI e das Diretrizes Curriculares dos Cursos de História, propostas pelo Conselho Nacional de

Educação (CNE) e formuladas a partir da aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei n. 9394/96).

A Licenciatura em História, conforme o modelo da *Pedagogia da Alternância*, funcionará nos turnos matutino e vespertino, nos períodos de férias do calendário universitário. A matriz curricular do Curso de Licenciatura em História se articula profundamente com a formação do profissional da educação que irá atuar no ensino fundamental e médio. Oportuniza também suportes teóricos e metodológicos específicos da área de História para trabalhar os conteúdos não como fim, mas como meio, onde a transposição destes seja sempre problematizadora, significando fazer da indissociabilidade ensino-pesquisa o eixo norteador de sua prática pedagógica. Disto resulta que não será suficiente o domínio ou a apropriação crítica do conteúdo, mas a centralidade recairá na preocupação com o processo de produção do conhecimento histórico. Levam-se em consideração, da mesma forma, conceitos fundamentais da escrita da História e/ou do ofício do historiador – como tempo, espaço e fontes – para compreensão das relações que homens e mulheres estabelecem nas sociedades em que vivem.

O Curso de Licenciatura em História terá uma carga horária de **1.365 (mil trezentas e sessenta e cinco) horas**, sendo 1.155 (mil cento e cinquenta e cinco) horas de disciplinas teóricas, metodológicas e de conteúdo e 210 (duzentas e dez) horas de Estágio Supervisionado. Será integralizado em dois anos divididos em quatro semestres letivos. No que se refere ao **Estágio Supervisionado**, o mesmo terá **210 (duzentas e dez) horas**, a partir do início da segunda metade do Curso de **Licenciatura**. Assim, a partir do terceiro semestre, o aluno de Licenciatura deve cumprir obrigatoriamente as seguintes disciplinas:

ORDEM	DISCIPLINA	CH
1	Estágio Supervisionado I	90
2	Estágio Supervisionado II	120
Carga Horária Total do Estágio Supervisionado		210

11.1 Matriz Curricular

Desta forma, a sugestão de fluxo de integração curricular do Curso de Licenciatura em História será de **1.365 (mil trezentas e sessenta e cinco) horas**, distribuídas na Matriz Curricular semestral da seguinte maneira:

MATRIZ CURRICULAR

1º SEMESTRE

Módulo I						
Ordem	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			
			Teórico	Prático	Teórico-Prático	Total
1.	Seminário de Introdução ao Curso	1.0.0	15	-	-	15
2.	Fundamentos de Metodologia Científica	1.1.0	15	15	-	30
3.	Leitura e Produção de Textos	1.1.0	15	15	-	30
4.	Fundamentos Históricos e Legais da Educação	2.1.0	30	15*	-	45
5.	Fundamentos Sócio-filosóficos da Educação	3.1.0	45	15*	-	60
6.	Fundamentos Psicológicos da Educação	2.1.0	30	15*	-	45
7.	Introdução aos Estudos Históricos	3.1.0	45	15*	-	60
Total		13.6.0	195	90	-	285
* Prática como componente curricular: 60 h						

2º SEMESTRE

Módulo II						
Ordem	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			
			Teórico	Prático	Teórico-Prático	Total
1.	Teoria da História	3.0.0	45	-	-	45
2.	História Antiga	2.1.0	30	15*	-	45
3.	História Medieval	2.1.0	30	15*	-	45
4.	História do Brasil Colônia	2.1.0	30	15*	-	45
5.	Didática	2.1.0	30	15*	-	45
6.	Gestão e Organização do Trabalho Educativo	2.1.0	30	15	-	45
7.	Avaliação da Aprendizagem	1.1.0	15	15*	-	30
8.	Ética e Educação	1.1.0	15	15*	-	30
Total		15.7.0	225	105	-	330
* Prática como componente curricular: 90 h						

3º SEMESTRE

Módulo III						
Ordem	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			
			Teórico	Prático	Teórico-Prático	Total
1.	História Moderna	2.1.0	30	15*	-	45
2.	História do Brasil Império	2.1.0	30	15*	-	45
3.	História Indígena	2.1.0	30	15*	-	45
4.	LIBRAS	2.1.0	30	15*	-	45
5.	Metodologia do Ensino de História	3.1.0	45	15*	-	60
6.	Métodos e Técnicas da Pesquisa em História/TCC I	2.2.0	30	30	-	60
7.	Estágio Supervisionado I	0.0.6	-	90	-	90
Total		13.7.6	195	195	-	390
* Prática como componente curricular: 75 h						

4º SEMESTRE


Módulo VI						
Ordem	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			
			Teórico	Prático	Teórico-Prático	Total
1.	História Contemporânea	2.1.0	30	15*	-	45
2.	História do Brasil República	2.1.0	30	15*	-	45
3.	História do Piauí	2.1.0	30	15*	-	45
4.	História da África	3.0.0	45	-	-	45
5.	TCC II	1.3.0	15	45	-	60
6.	Estágio Supervisionado II	0.0.8	-	120	-	120
Total		10.6.8	150	210	-	360
* Prática como componente curricular: 45 h						

RESUMO DA MATRIZ CURRICULAR

Total de Disciplinas (Específicas, Pedagógicas e Interdisciplinares)	1.035 horas
Estágio Supervisionado	210 horas
Trabalho de Conclusão de Curso – TCC	120 horas
Carga Horária Total do Curso	1.365 horas
Prazo Mínimo de Integralização Curricular	04 Semestres

11.2 Fluxograma do Curso

FLUXOGRAMA DO CURSO			
MÓDULO 1	MÓDULO 2	MÓDULO 3	MÓDULO 4
SEMINÁRIO DE INTRODUÇÃO AO CURSO 1 . 0 . 0 15	TEORIA DA HISTÓRIA 3 . 0 . 0 45	HISTÓRIA MODERNA 2 . 1 . 0 45	HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA 2 . 1 . 0 45
FUNDAMENTOS DE METODOLOGIA CIENTÍFICA 1 . 1 . 0 30	HISTÓRIA ANTIGA 2 . 1 . 0 45	HISTÓRIA DO BRASIL IMPÉRIO 2 . 1 . 0 45	HISTÓRIA DO BRASIL REPÚBLICA 2 . 1 . 0 45
LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS 1 . 1 . 0 30	HISTÓRIA MEDIEVAL 2 . 1 . 0 45	HISTÓRIA INDÍGENA 2 . 1 . 0 45	HISTÓRIA DO PIAUÍ 2 . 1 . 0 45
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E LEGIS DA EDUCAÇÃO 2 . 1 . 0 45	HISTÓRIA DO BRASIL COLÔNIA 2 . 1 . 0 45	LIBRAS 2 . 1 . 0 45	HISTÓRIA DA AFRICA 3 . 0 . 0 45
FUNDAMENTOS SÓCIO-FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO 3 . 1 . 0 60	DIDÁTICA 2 . 1 . 0 45	METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA 3 . 1 . 0 60	TCC II 1 . 3 . 0 60
FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO 2 . 1 . 0 45	GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO EDUCATIVO 2 . 1 . 0 45	MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA EM HISTÓRIA / TCC I 2 . 2 . 0 60	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II 0 . 0 . 8 120
INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS HISTÓRICOS 3 . 1 . 0 60	AValiação DA APRENDIZAGEM 1 . 1 . 0 30	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I 0 . 0 . 6 90	
	ÉTICA E EDUCAÇÃO 1 . 1 . 0 30		
TOTAL MÓDULO 1 13 . 6 . 0 285	TOTAL MÓDULO 2 15 . 7 . 0 330	TOTAL MÓDULO 3 13 . 7 . 6 390	TOTAL MÓDULO 4 10 . 6 . 8 360



HISTÓRIA

CARGA HORÁRIA TOTAL	1386 h
Disciplina:	1035 h
TCC:	120 h
Estágio Supervisionado:	210 h

NOME DA DISCIPLINA	
NÚMERO DE CRÉDITOS (TEÓRICO, PRÁTICO, ESTÁGIO)	CARGA HORÁRIA

11.3 Distribuição de Créditos

Os créditos estão classificados em teórico, prático/prática como componente curricular e teórico-prático, sendo este último sob a forma de Estágio Obrigatório Supervisionado, em concordância com a natureza dos conteúdos curriculares, sendo 15 horas equivalentes a um crédito.

11.4 Matriz Curricular – Ementário e Bibliografia

1º SEMESTRE – MÓDULO I

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:	CRÉDITOS:
1. Seminário de Introdução ao Curso	15h/a	1.0.0

EMENTA:

Apresentar ao aluno a estrutura física e funcional do Curso e da instituição. Expor a filosofia, objetivo, metodologia do Curso, perfil do profissional em formação, áreas de atuação, disciplinas com as respectivas ementas e critérios de avaliação.

Bibliografia Básica

PIAUÍ, UFPI. *Estatuto da UFPI*. Teresina: Edufpi, 1999.

_____. *Regimento Geral da UFPI*. Teresina: Edufpi, 1999.

Bibliografia Complementar

PIAUÍ, UFPI. *Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em História do PARFOR- UFPI – Segunda Licenciatura*. Teresina: 2010.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:	CRÉDITOS:
2. Fundamentos de Metodologia Científica	30h/a	1.1.0

EMENTA:

O Conhecimento, a ciência e o método científico. Tipos de Conhecimento. As técnicas e modalidades de registros de textos históricos: esquema, resumo e resenha; normatização dos

trabalhos científicos; os problemas metodológicos do conhecimento. Formas de produção do conhecimento: pesquisa bibliográfica, monografia e artigo. Normas da ABNT.

Bibliografia Básica

ANDRADE, M. M. de. *Introdução à metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1993.

CERVO, A.; BERVIAN, P. *Metodologia científica*. 4. ed. São Paulo, SP: Makron Books, 2004.

MACHADO, A. R.; LOUSADA, E.; ABREU-TARDELLI, L. S. *Resenha*. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MEDEIROS, J. B. *Redação científica: a prática de fichamento, resumos, resenhas*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

_____; ANDRADE, M. M. de. *Manual de elaboração de referências bibliográficas*. São Paulo: Atlas, 2001.

SEVERINO, A. J. *Metodologia científica*. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

Bibliografia Complementar

AZEVEDO, I. B. de. *O prazer da produção científica: descubra como é fácil e agradável elaborar trabalhos acadêmicos*. 11. ed. São Paulo: Hagnos, 2001.

DEMO, P. *Introdução à metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1987.

RAMPAZZO, L. *Metodologia científica*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

DISCIPLINA: 3. Leitura e Produção de Textos	CARGA HORÁRIA: 30h/a	CRÉDITOS: 1.1.0
---	--------------------------------	---------------------------

EMENTA:

Leitura e Compreensão de Textos. Processo de Criação do Texto Escrito. Descrição. Narração. Dissertação.

Bibliografia Básica

FARACO, C. A.; MANDARIK, D. *Prática de redação para estudantes universitários*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FARACO, C. A.; TEZZA, C. *Prática de textos: língua portuguesa para nossos estudantes*. Petrópolis: Vozes, 1992.

FREIRE, P. *A importância do ato de ler*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GARCIA, O. M. *Comunicação em prosa moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.

Bibliografia Complementar

INFANTE, U. *Do texto ao texto*. São Paulo: Scipione, 1991.

MARTINS, D. S.; ZILBERNOP, L. S. *Português instrumental*. Porto Alegre: Prodil, 1979.

MARTINS, M. H. *O que é leitura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SILVA, E. T. da. *O ato de ler*. São Paulo: Cortez, 1984.

DISCIPLINA: 4. Fundamentos Históricos e Legais da Educação Brasileira	CARGA HORÁRIA: 45h/a	CRÉDITOS: 2.1.0
--	---------------------------------------	----------------------------------

EMENTA:

História da educação brasileira e piauiense (colônia, império e república). Contextualização nos aspectos sócio-político-econômico-culturais. Problemas e perspectivas da Educação Brasileira na contemporaneidade. A dimensão política e pedagógica da organização escolar brasileira. A Educação Básica na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96).

Bibliografia Básica

AZEVEDO, F. de. *A transmissão da cultura* (parte terceira da 5. ed. de “A Cultura Brasileira”). São Paulo: Melhoramentos, 1978.

BRASIL. Constituição Federal de 1988.

BRZEZINSKI, I. (Org.). *LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam*. São Paulo: Cortez, 1997.

FERRO, M. do A. B. *Educação e sociedade no Piauí republicano*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.

HILSDORF, M. L. S. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo, SP: Pioneira Thomson Learning, 2003.

OLIVEIRA, R. P. de; ADRIÃO, T. (Org.). *Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB*. São Paulo: Xamã, 2002.

RIBEIRO, M. L. S. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 12. ed. São Paulo, SP: Cortez Editoras/Autores Associados, 1992.

SAVIANI, D. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SOUZA, R. F. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX* (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008.

VEIGA, C. G. *História da educação*. São Paulo: Ática, 2007.

Bibliografia complementar

ARANHA, M. L. de A. *A história da educação*. São Paulo: Moderna, 1989.

BUFFA, E.; NOSELLA, P. *A educação negada: introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea*. São Paulo, SP: Cortez Editora, 1991.

CARVALHO, M. M. C. de. *A escola e a república*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1989.

CUNHA, L. A. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. 8. ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1980.

CURY, C. R. J. *Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais*. 4. ed. São Paulo, SP: Cortez Editora/Autores Associados, 1988.

DI GIORGI, C. A. G. *Escola Nova*. 3. ed. São Paulo, SP: Editora Ática, 1992.

FARIA FILHO, L. M. de (Org.). *Pesquisa em história da educação: perspectivas de análise, objetos e fontes*. Belo Horizonte, MG: HG Edições, 1999.

QUEIROZ, T. *Educação no Piauí*. Imperatriz/MA: Ética, 2008.

SOUSA, S. Z. L.; PRIETO, R. G. A educação especial. In: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (Org.). *Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB*. São Paulo: Xamã, 2002.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:	CRÉDITOS:
5. Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação	60h/a	3.1.0

EMENTA

O campo da Sociologia da Educação. A escola e os sistemas de ensino nas sociedades contemporâneas. O campo educativo: sujeitos, currículos, representações sociais e espaços educativos. Filosofia e Filosofia da Educação. Concepções de Educação. As teorias e práticas educativas e suas dimensões ético-política e estética. A dimensão teleológica da práxis educativa.

Bibliografia Básica

- ARANHA, M. L. de A. *Filosofia da educação*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.
- BAUDELLOT, C. A sociologia da educação: para quê? In: *Teoria & Educação*. Porto Alegre, n. 3, p. 29-42, 1991.
- BRANDÃO, C. *O que é educação*. 18. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BRITO, E. F. de; CHANG, L. H. (Org.). *Filosofia e método*. São Paulo: Loyola, 2002.
- BULCÃO, M.; BARBOSA, E. *Bachelard: pedagogia da razão, pedagogia da imaginação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- CHAUI, M. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1994.
- CUNHA, L. A. C. R. da. A educação na sociologia: um objeto rejeitado? In: *Cadernos CEDES*, n. 27, p. 9-22, 1992.
- _____. Reflexões sobre as condições sociais de produção da sociologia da educação: primeiras aproximações. In: *Tempo social*. São Paulo, n. 1-2, p. 169-182, 1994.
- CUNHA, M. V. da. *John Dewey: uma filosofia para educadores em sala de aula*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- DANDURAND, P.; OLLIVIER, É. Os paradigmas perdidos: ensaio sobre a sociologia da educação e seu objeto. In: *Teoria & Educação*. Porto Alegre, n. 3, p. 120-142, 1991.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O que é a filosofia?* Rio de Janeiro: Ed. 14, 1992.
- DICIONÁRIOS de filosofia.
- ENGUIITA, M. F. *A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- ESTEVES, A. J.; STOER, S. R. *A sociologia na escola: professores, educação e desenvolvimento*. Lisboa, Afrontamento, 1992.
- FAYE, J. P. *O que é a filosofia?* Lisboa: Instituto Piaget, 1999.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GÓMEZ, A. I. P. *A cultura escolar na sociedade neoliberal*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

Bibliografia Complementar

HEGEL, G. W. F. *Discursos sobre educação*. Lisboa: Colibri, 1994.

IMBERNÓN, F. *A educação no século XXI: os desafios do futuro imediato*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

LAHIRE, B. *Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável*. São Paulo: Ática, 1997.

MENDONÇA, A. W.; BRANDÃO, Z. (Org.). *Por que não lemos Anísio Teixeira?: uma tradição esquecida*. Rio de Janeiro: Raval, 1997.

NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). *Escritos de educação*. 4. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.

NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M. *Bourdieu & a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (Org.). *Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

PETTITAT, A. *Produção da escola; produção da sociedade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:	CRÉDITOS:
6. Fundamentos Psicológicos da Educação	45h/a	2.1.0

EMENTA:

A ciência psicológica. A constituição da subjetividade. Desenvolvimento e aprendizagem. Transtornos e dificuldades de aprendizagem.

Bibliografia Básica

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O; TEIXEIRA, M. de L. T. *Psicologia sócio-histórica*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Psicologia: uma introdução ao estudo de Psicologia*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

CASTORINA, J. A. et al. *Piaget e Vigotsky: novas contribuições para o debate*. São Paulo: Ática, 1996.

DAVIDOFF, L. L. *Introdução à psicologia*. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2001.

MOLON, S. I. *Psicologia social*. Subjetividade e construção do sujeito em Vigotsky. Petrópolis: Vozes, 2003.

NYE, R. D. *Três psicologias – idéias de Freud, Skinner e Rogers*. São Paulo: Pioneira, 2002.

WOOLFOK, A. E. *Psicologia da educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

Bibliografia Complementar

AMIRALIAN, M. L. T. *Psicologia do excepcional*. São Paulo: EP, 1996.

BRAGHROLLI, E. M. et al. *Psicologia geral*. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

FONTANA, R; CRUZ, N. *Psicologia e trabalho pedagógico*. São Paulo: Atual, 1997.

TELES, M. L. S. *O que é psicologia*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:	CRÉDITOS:
7. Introdução aos Estudos Históricos	60h/a	3.1.0

EMENTA:

A natureza do conhecimento histórico. Os conceitos fundamentais da história. As suas formas de explicação. O seu campo atual de estudos. Os diferentes referenciais historiográficos. A reflexão sobre o ofício do historiador. O pensamento histórico e as correntes historiográficas do século XIX: o Historicismo alemão, a Escola Metódica francesa e o Positivismo.

Bibliografia Básica

BLOCH, M. *A apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BURKE, P. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CARR, E. H. *Que é história?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FONTANA, J. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru, SP: Edusc, 1998.

HOBBSAWN, E. *Sobre história*. São Paulo: Cia das letras, 1997.

SEIGNOBOS, C. V.; LANGLOIS, C. *Introdução aos estudos históricos*. São Paulo: Ed. Renascença, 1946.

Bibliografia Complementar

BOURDÉ, G.; MARTIN, H. *As escolas históricas*. Lisboa: Europa América, 2000.

BURKE, P. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CANNADINE, D. (Coord.). *Que é a história hoje?* Lisboa: Gradiva, 2006.

CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand, 1990.

COLLINGWOOD, R. G. *Idea de la Historia*. México: Fondo de La Cultura Economica, 1956.

FENELON, D. R.; MACIEL, L. A.; ALMEIDA, P. R. de; KHOURY, Y. A. (Org.). *Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história*. São Paulo: Olho d'água, 2004.

LE GOFF, J. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____; NORA, P. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

2º SEMESTRE – MÓDULO II

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:	CRÉDITOS:
1. Teoria da História	45h/a	3.0.0

EMENTA

História e historiografia. História e iluminismo. História positivista. Historicismo. História e Ciência Social. A crítica da razão histórica: a filosofia alemã. A sociologia francesa e a "Escola" dos Annales. Tradição marxista. Transformações recentes da História: a construção dos objetos e a volta dos sujeitos. Nova História Cultural, micro-história, História Social, antropologia histórica, História e Teoria Literária, história e filosofia.

Bibliografia Básica

BLOCH, M. *A apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BURKE, P. *A escola dos annales*. São Paulo: Unesp, 1997.

_____. *A escrita da história*. São Paulo: Unesp, 1997.

_____. *O que é história cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.

CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand, 1990.

DOSSE, F. *A história em migalhas*. São Paulo: Edusc, 2003.

HUNT, L. *A nova história cultural*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MOTA, C. G. (Org.). Face ao vento: manifesto dos Anais Novos (1946). In: *Febvre*. São Paulo: Ática, 1989.

REIS, J. C. *Escola dos annales – a inovação em história*. São Paulo: Paz e terra, 2000.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 01, 02 e 03.

_____. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WHITE, H. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

Bibliografia Complementar

DELEUZE, G. *Proust e os signos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

DUBY, G. *A história da vida privada*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

FEVRE, L. *Combates pela história*. Lisboa: Presença, 1989.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 11. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LE GOFF, J. *A história nova*. São Paulo, Martins Fontes, 1998.

_____; NORA, P. (Dir.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988.

_____. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988.

_____. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988.

VOVELLE, M. *Imagens e imaginário na história*. São Paulo: Ática, 1997.

WEHLING, A. *A invenção da história*. São Paulo: Ed. UFF, 1994.

DISCIPLINA: 2. História Antiga	CARGA HORÁRIA: 45h/a	CRÉDITOS: 2.1.0
---	---------------------------------------	----------------------------------

EMENTA:

As estruturas econômicas, sociais, políticas e ideológicas da Antiguidade das primeiras civilizações, Egito, Mesopotâmia, Pérsia, Hebreus, Fenícios. O mundo Helênico. Roma. Os discursos historiográficos sobre a Antiguidade na sociedade contemporânea. O ensino da história antiga na escola básica.

Bibliografia Básica

ASHERI, D. *Estado Persa*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BURKERT, W. *Mito e mitologia*. Lisboa: Edições 70, 2001.

CARDOSO, C. F. S. *Antiguidade e religião*. Os povos do Oriente próximo. São Paulo: Contexto, 1990.

CROUZET, M. (dir.). *História geral das civilizações: o Oriente e a Grécia antiga - o homem no Oriente próximo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

FUNARI, P. P. A. *Grécia e Roma*. São Paulo: Contexto, 2001.

GIORDANI, M. C. *História da antiguidade oriental*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MANSUR, A. J. S. *Árabes: das origens à expansão*. São Paulo: Nova didática, 2002.

ROAF, M. *Mesopotâmia e o antigo e médio Oriente*. São Paulo: Edições Delprado, 1996, v. I e II. (Coleção: Grandes Impérios e Civilizações)

VIDAL-NAQUET, P. *Os gregos, os historiadores e a democracia: O grande desvio*. São Paulo: Cia das Letras. 2002.

Bibliografia Complementar

AYBOER, J; AYMARD, A. *História geral das civilizações: o Oriente e a Grécia Antiga*. São Paulo: Bertrant Brasil. 1998. V. I e II

DONNER, H. *História de Israel e dos povos vizinhos*. Petrópolis: Vozes, 1997.

JOHNSON, P. *História ilustrada do Egito Antigo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

SOUSA, P. A. de M. *Mythos e Lógos em Heródoto III*. In: CASTELO BRANCO, E. de A.; NASCIMENTO, F. A. do; PINHEIRO, A. da P. (Org.). *Histórias: cultura, sociedade, cidades*. Recife: Edições Bagaço, 2005.

DISCIPLINA: 3. História Medieval	CARGA HORÁRIA: 45h/a	CRÉDITOS: 2.1.0
---	---------------------------------------	----------------------------------

EMENTA:

A queda do Império romano e as invasões bárbaras. O processo de síntese dos elementos latinos e germanos. O Império bizantino. A formação e expansão do Islã. A Igreja. O Feudalismo. As Cruzadas. A sociedade na Alta e da Baixa Idade Média. O ensino da história medieval na escola básica.

Bibliografia Básica

ANDERSON, P. *Passagens da antiguidade ao feudalismo*. [Trad. Beatriz Sidol]. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

BLOCH, M. *Os reis taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

DUBY, G. *Idade média, idade dos homens*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

FRANCO JÚNIOR, H. *A idade média. Nascimento do Ocidente*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

_____. *As cruzadas*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. *Cocanha: a história de um país imaginário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *O feudalismo*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

GANSHOF, F. L. *O que é feudalismo*. 4. ed. Lisboa: Europa-America, 1976.

LE GOFF, J. *Para um novo conceito de idade média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente*. Lisboa: Estampa, 1980.

_____. *A civilização do Ocidente medieval*. Lisboa: Estampa, 1983.

MICELI, P. *O feudalismo*. São Paulo: Atual, 1994. (Coleção: Discutindo a História)

PINSKY, J.; MACEDO, J. R. *A mulher na idade média*. São Paulo: Contexto, 2002. (Coleção: Repensando a História)

ROUSSET, P. *História das cruzadas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

VEYNE, P.; FEIST, H. *História da vida privada: do império romano ao ano Mil*. v.1. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

Bibliografia Complementar

DUBY, G. *Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo*. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

_____. *Senhores e camponeses*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1993.

GIORDANI, M. C. *História do Império Bizantino*. Petrópolis: Vozes, 1992.

GINZBURG, C. *História noturna: decifrando o sabá*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

HOURANI, A. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

LE GOFF, J. *O maravilhoso cotidiano do Ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 1985.

_____. *Por amor às cidades*. São Paulo: Unesp, 1988.

_____. *Os intelectuais da idade média*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. *São Francisco de Assis*. 3. ed., Rio de Janeiro: Record, 2001.

PEDRERO-SANCHES, G. *A história da Idade Média: textos e testemunha*. São Paulo: Unesp, 2000.

VAUCHEZ, T. (Org.). *A espiritualidade da Idade Média ocidental: séculos VIII a XIII*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

VERGER, J. *As universidades na Idade Média*. São Paulo: Unesp, 1990.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:	CRÉDITOS:
4. História do Brasil Colônia	45h/a	2.1.0

EMENTA:

A expansão marítima europeia e o descobrimento do Brasil. A exploração e colonização. A sociedade colonial: vida, imaginário, comportamento e transgressão. As invasões francesas. A ocupação holandesa em Pernambuco e Maranhão, os movimentos nativistas. A transmigração da família real.

Bibliografia Básica

ALENCASTRO, L. F. de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

ARAÚJO, E. *O teatro dos vícios: transgressões e transigência na sociedade urbana colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

DEL PRIORI, M. *Ao sul do corpo: condição feminina maternidade e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio/Edunb, 1993.

FREYRE, G. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

MALERBA, J. *A corte no exílio*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SCHWARTZ, S. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550 -1835*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

SOUZA, L. de M. (Org.) *História da vida privada no Brasil*. Cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

_____. *O diabo na terra de Santa Cruz*. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

Bibliografia Complementar

LYRA, M. de L. V. *A utopia do poderoso império*. Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MELLO, E. C. de. *Rubro veio*. O imaginário da Restauração Pernambucana. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

VILLALTA, L. C. *1789-1808*. O Império luso-brasileiro e os brasis. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:	CRÉDITOS:
5. Didática	45h/a	2.1.0

EMENTA:

Concepções de Didática e seus determinantes. O objetivo de estudo da Didática e suas variáveis internas: objetivos, conteúdos, metodologia, relação professor/aluno, recursos de ensino e avaliação. O planejamento didático e a organização do trabalho docente. Currículo: Concepções, tendências e avaliação de planejamento curricular.

Bibliografia Básica

ANASTASIOU, L. das G. C. Didática e ação docente: aspectos metodológicos na formação de profissionais da educação. In: ROMANOWSKI, J. P.; MARTINS, P. L. O.; JUNQUEIRA, S. R. A. (Org.). *Conhecimento local e conhecimento universal: pesquisa, didática e ação docente*. Curitiba: Champagnat, 2004.

ANDRÉ, M. E. D. A. de; OLIVEIRA, M. R. N. S. (Org.). *Alternativas do ensino da didática*. Campinas/SP: Papyrus, 1997.

BARRETO, E. S. de S. (Org.). *Os currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras*. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998.

CONTERAS, J. *A autonomia do professor*. São Paulo: Cortez, 2002.

CUNHA, M. I. da. A docência como ação complexa: o papel da didática na formação de professores. In: LOPES, A. C.; MACEDO, E. (Org.) *Currículo: debates contemporâneos*. São Paulo: Cortez, 2002.

GIROUX, H. A. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

HERNANDEZ, F; VENTURA, M. *A organização do currículo por projetos de trabalho*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

LIBÂNEO, J. C. *Democratização da escola pública: pedagogia crítico-social dos conteúdos*. São Paulo: Loiola, 1985.

MIZUKAMI, M. das G. N. *Ensino: as abordagens do processo*. São Paulo: EPU, 1989.

MOREIRA, A. F., SILVA, T. T. *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez, 1994.

PILETTI, C. *Didática geral*. 19. ed. São Paulo: Ática, 1995.

VEIGA, I. P. A. (Coord). *Repensando a didática*. Campinas: Papirus, 1989.

Bibliografia Complementar

FEKDMAN, D. *Ajudar a ensinar: relações entre didática e ensino*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

OLIVEIRA, M. R. N. S. *A reconstrução da didática: elementos teórico-metodológicos*. Campinas, SP: Papirus, 1991.

VEIGA, I. P. A. (Coord). *Repensando a didática*. Campinas, SP: Papirus, 1991.

_____. *Técnica de ensino: Por que não?* Campinas: Papirus, 1993.

DISCIPLINA: 6. Gestão e Organização do Trabalho Educativo	CARGA HORÁRIA: 45h/a	CRÉDITOS: 2.1.0
--	---------------------------------------	----------------------------------

EMENTA

Gestão de Sistemas e Unidades Educacionais. Organização e função da escola. Organização e planejamento do Trabalho Pedagógico. Coordenação Pedagógica. O currículo e a avaliação. O Projeto Político Pedagógico.

Bibliografia Básica

- ALBORNOZ, S. *O que é trabalho*. 6. ed., São Paulo: Brasiliense, 1998.
- BASTOS, J. B. (Org.). *Gestão democrática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- FERRETI, C. J.; SILVA JUNIOR, J. dos R.; OLIVEIRA, M. R. N. S. *Trabalho, formação e currículo – Para Onde Vai a Escola?* São Paulo: Xamã, 1999.
- LIBANEO, J. C. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. Cuiabá: Alternativa, 2007.
- LIMA, L. C. *A escola como organização educativa*. São Paulo: Cortez, 2001.
- OLIVEIRA, C. R. de. *História do trabalho*. 4. ed, São Paulo: Ática, 1998. (Série Princípios).
- PADILHA, P. R. *Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola*. 4. ed. São Paulo: Cortez Instituto/Paulo Freire, 2003 (Guia da Escola Cidadã, v.7).
- VEIGA, I. V. P. (Org.). *Projeto Político Pedagógico: uma construção possível*. 13. ed. São Paulo: Papius, 2001.

Bibliografia Complementar

- FERREIRA, N. C. (Org.). *Gestão democrática da educação: Atuais Tendências, Novos Desafios*. São Paulo: Cortez, 2001.
- MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. da (Org.). *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez, 1994.
- MURAMOTO, H. M. S. *Supervisão da Escola: Para que te quero? Uma Proposta dos Profissionais na Escola Pública*. São Paulo, IGLU, 1991.
- NÓVOA, A. (Coord.). *As organizações escolares em análise*. Lisboa: Dom Quixote, 1995.
- OLIVEIRA, C. R. de. *História do trabalho*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1998. Série Princípios.
- PADILHA, P. R. *Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola*. 4. ed. São Paulo: Cortez Instituto/Paulo Freire, 2003 (Guia da Escola Cidadã, v.7).
- SOUZA, R. F. *História da Organização do trabalho escolar e do currículo no século XX (ensino primário e secundário no Brasil)*. São Paulo: Cortez, 2008.

DISCIPLINA: 7. Avaliação da Aprendizagem	CARGA HORÁRIA: 30h/a	CRÉDITOS: 1.1.0
---	---------------------------------------	----------------------------------

EMENTA

Conceitos básicos e tipos de avaliação. Caracterização de um bom instrumento de medida. Planejamento de testes. Construção e aplicação de testes. Apresentação e análise dos resultados de testes do rendimento escolar. Currículo: Concepções, tendências e avaliação de planejamento escolar.

Bibliografia Básica

DEPRESTITERIS, L. *O desafio da avaliação da aprendizagem: dos fundamentos a uma proposta inovadora*. São Paulo: EPU, 1989.

ESTEVES, O. P. *Testes, medidas e avaliação*. Rio de Janeiro: Editora Nacional de Direito, 1965.

LUCKESI, C. C. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. São Paulo: Cortez, 1998.

LIMA, A. de O. *Avaliação escolar: julgamento e construção*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

PERRENOUD, P. *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens, entre duas lógicas*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SOUZA, C. P. de (Org.). *Avaliação do rendimento escolar*. Campinas; SP: Papyrus, 1991.

Bibliografia Complementar

HOFFMAN, J. *Avaliação, mito & desafio: uma perspectiva construtivista*. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1991.

LUDKE, M.; MEDIANO, Z. (Coord.) *Avaliação na escola de 1º grau: uma análise sociológica*. 4. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

VASCONCELOS, C. dos S. *Superação da lógica classificatória e excludente da avaliação: do “é proibido renovar” ao é preciso garantir a aprendizagem*. São Paulo: Liberdade, 1998.

DISCIPLINA: 8. Ética e Educação	CARGA HORÁRIA: 30h/a	CRÉDITOS: 1.1.0
--	---------------------------------------	----------------------------------

EMENTA:

Estudo reflexivo de problemas relativos à questão ambiental, aos valores humanos e a responsabilidade ético-social do homem perante a natureza. Ética e gênero racial. Ética e diversidade sexual.

Bibliografia Básica

ABRAMOVAY, M; GARCIA, M. C. (Coord.). *Relações raciais na escola*: reprodução de desigualdades em nome da igualdade. Brasília, DF: UNESCO; INEP; Observatório de Violências nas Escolas, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. SEPPIR. INEP. *Diretrizes Curriculares para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana*. Brasília, DF, 2004.

DINIZ, D.; GUILHEMN, D. *O que é bioética*. São Paulo: Brasiliense, 2002.

GALLO, S. *Ética e cidadania*: caminhos da Filosofia. Campinas: Papirus, 1999.

MURARO, R. M. *História do meio ambiente*. Rio de Janeiro: ZIT Editora, 2007.

TRIGUEIRO, A. *Meio ambiente no século 21*. Rio de Janeiro: Autores Associados, 2005.

Bibliografia Complementar

MORIN, E. *O paradigma perdido*: a natureza humana. Portugal: Europa-américa, 1973.

VASQUEZ, A. S. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

3º SEMESTRE – MÓDULO 3

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:	CRÉDITOS:
1. História Moderna	45h/a	2.1.0

EMENTA

Análise da produção historiográfica. A transição do mundo feudal para o mundo moderno. O imaginário europeu renascentista: arte, racionalismo e ciência. A expansão marítima dos séculos XV e XVI: conquista da América e as relações da Europa com a África e a Ásia. O nascimento do capitalismo. Crise e transformação do cristianismo ocidental. A civilização dos costumes e a sociedade de corte. O Estado absolutista e a sociedade de corte. O ensino da história moderna na escola básica.

Bibliografia Básica

ANDERSON, P. *As linhagens do Estado absolutista*. 4. ed., São Paulo: Brasiliense, 2004.

BURKE, P. *A cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

_____. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

DOBB, M. *A evolução do capitalismo*. 9. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983.

ELIAS, N. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FLORENZANO, M. *As revoluções burguesas*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GINZBURG, C. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MICHELET, J. *A agonia da Idade Média*. São Paulo: EDNC, 1992.

SEVCENKO, N. *O Renascimento*. 16. ed., São Paulo: Atual, 1994.

SOUZA, L. de M. *A feitiçaria na Europa Moderna*. São Paulo: Ática, 1987.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TODOROV, T. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 2. ed. São Paulo: EdUSP, 1995.

Bibliografia Complementar

BURCKHARDT, J. *A cultura do renascimento Italiano*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ROMANO, R. *Os mecanismos da conquista colonial: os conquistadores*. São Paulo: Perspectiva, 1983.

SKINNER, Q. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DISCIPLINA: 2. História do Brasil Império	CARGA HORÁRIA: 45h/a	CRÉDITOS: 2.1.0
--	---------------------------------------	----------------------------------

EMENTA:

Análise da produção historiográfica. A formação do Estado Nacional (emancipação política e permanência da escravidão). Ação e reação monárquica (1830/1850). Economia política e sociedade (1850/1870). O Sonho republicano. O ensino da história do Brasil na escola básica.

Bibliografia Básica

AZEVEDO, C. M. M. de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

BEIGUELMAN, P. *Formação política do Brasil*. São Paulo: [s.n.], 1967.

CARDOSO, C. F. (Org.). *Escravidão e abolição no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

CARVALHO, J. M. de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

CHALHOUB, S. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, E. V. da. *Da Monarquia à república: momentos decisivos*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

DIAS, M. O. S. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos Guilherme. 1822: *Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MATOS, R. de. *O tempo saquarema: a formação do estado imperial*. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.

MOURA, C. *Rebeliões da senzala*. Porto Alegre, RS: Mercado Aberto, 1988.

PRADO JÚNIOR, C. *Evolução política do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1977.

QUEIROZ, S. R. R. de. *A abolição da escravidão*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 – 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Bibliografia Complementar

DUARTE, N. *A ordem privada e a organização política nacional*. 2. ed. São Paulo: [s.n.], 1969.

FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.

FLORES, M. *O negro da dramaturgia brasileira – 1838-1888*. Porto Alegre, EDUPUCRS, 1995.

FREITAS, D. *Escravos e senhores de escravos*. Porto Alegre, RS: Mercado Aberto, 1983.

GEBARA, A. *O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

DISCIPLINA: 3. História Indígena	CARGA HORÁRIA: 45h/a	CRÉDITOS: 3.0.0
---	---------------------------------------	----------------------------------

EMENTA:

Povos indígenas no Brasil. O indígena e a invenção do cotidiano. Processos de produção cultural. Táticas e estratégias de resistência. Cultura e sociedade indígena como tema para historiadores. Diversidade cultural e sócio-política das sociedades indígenas brasileiras. Noções de trocas culturais, fricção interétnica e etnicidade nas sociedades indígenas desde a conquista até a atualidade. Atual panorama da questão indígena no cenário brasileiro e as questões étnico-raciais.

Bibliografia básica

ALMEIDA, R. F. de. *Do Desenvolvimento comunitário à mobilização Política: o projeto Kaiowa-Ñandeva como experiência antropológica*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2001.

CARVALHO, J. R. F. de. *Resistência indígena no Piauí colonial*. Imperatriz: Ética, 2005.

CUNHA, M. C. da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras e Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

GALVÃO, E. *Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MACHADO, P. H. C. *As trilhas da morte: extermínio e espoliação das nações indígenas na região da bacia hidrográfica paraibano-piauiense*. Teresina: Corisco, 2002.

OLIVEIRA, R. C. de. *Do índio ao bugre*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

RIBEIRO, D.; MOREIRA NETO, C. de A. *A fundação do Brasil: testemunhos, 1500-1700*. Petrópolis: Vozes, 1993.

RIBEIRO, D. *Os índios e a civilização*. A integração das populações indígenas no Brasil moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

_____. _____. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHADEN, E. *Aculturação indígena*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1969.

SILVA, A. L. da; GRUPIONI, L. D. B. (Org.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 10 e 20 graus*. MEC/ MARI/ UNESCO, 1995.

Bibliografia complementar

BORGES, J. F. *A história negada: em busca de novos caminhos*. Teresina, PI: FUNDAPI, 2004.

GOMES, M. P. *Os índios do Brasil*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

GRUPIONI, L. D. B. (Org.). *Índios no Brasil*. Brasília: Mari, 1994.

MELATTI, J. C. De Nóbrega à Rondon: quatro séculos de política indigenista. *Atualidade indígena*, Brasília, ano 1, n. 3, p. 39-45, 1977.

OLIVEIRA, R. *O índio e o mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:	CRÉDITOS:
4. Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	45h/a	2.1.0

EMENTA:

Conceituação e caracterização da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), fonte de comunicação e expressão do surdo. Estudos dos pressupostos teórico-históricos, filosóficos, sociológicos, pedagógicos e técnicos da Língua Brasileira dos Sinais, instrumentos para a prática docente. Utilização de LIBRAS na comunicação entre o professor e o aluno surdo, contribuindo para o reconhecimento dos direitos e competências como sujeito e cidadão. Socialização e inserção do aluno no ambiente escolar, bem como sua permanência nas instituições de ensino.

Bibliografia básica

ALMEIDA, E. C. *Atividades Ilustradas em Sinais de LIBRAS*. São Paulo: Revinter, 2004.

BARBOZA, H. H; MELLO, A. C. P. T. *O surdo, este desconhecido*. Rio de Janeiro, Folha Carioca, 1997.

CAPOVILLA, F. C., RAPHAEL, W. D. Sinais da Libras e o universo da Educação. In: *Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira: o mundo do surdo em Libras*. São Paulo, SP: Edusp, Vitae, Brasil Telecom, Feneis.

DIDEROT, D. *Carta sobre os surdos-mudos para uso dos que ouvem e falam*. São Paulo, Editora Nova Alexandria, 1993.

QUADROS, R. M. *O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa*. Brasília: MEC, 2004.

Bibliografia complementar

DIDEROT, D. *Programa surdez: educação, saúde e trabalho*. In: 5ª MOSTRA DE EXTENSÃO, 2001, Rio de Janeiro. CD-Room da 5ª Mostra de Extensão da UERJ. Rio de Janeiro: DINFO - Departamento de Informática da UERJ, 2001.

LEITE, T. de A.; MCCLEARY, L. E. Aprendizagem da língua de sinais brasileira como segunda língua: estudo em diário. In: XLIX SEMINÁRIO DO GEL, 2001, Marília, SP. *Seminário do GEL - Programação e Resumos*. Assis, SP: Diretoria do GEL (1999-2001), 2001.

DISCIPLINA: 5. Metodologia do Ensino de História	CARGA HORÁRIA: 60h/a	CRÉDITOS: 3.1.0
--	--------------------------------	---------------------------

EMENTA:

Tendências do ensino de História e ética. As metodologias do saber/fazer historiográfico e o saber escolar. A pesquisa na área de Ensino de História: trajetórias e implicações para a sala de aula. As novas tecnologias da informação e o ensino de História.

Bibliografia básica

BEHRENS, M. A. *O paradigma emergente e a prática pedagógica*. 3. ed. Curitiba: Champagnat, 2003.

BITTENCOURT, C. M. F. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2005.

CARRETERO, M. et al. (Org.). *Ensino da história e memória coletiva*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FERRETI, C. J. (Org.). *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 1996.

FONSECA, T. N. de L. e. *História e ensino de história*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2003.

MARTINS, J. S. *Trabalho com projetos de pesquisa: do ensino fundamental ao ensino médio*. Campinas: Papyrus, 2001.

Bibliografia complementar

MORIN, E. et al. *Educar na era planetária: o pensamento complexo como método*. São Paulo: Cortez, 2003.

SCHMIDT, M. A.; CAINELLI, M. *Ensinar história*. São Paulo: Scipione, 2004. (Coleção Pensamento e Ação no Magistério).

DISCIPLINA: 6. Métodos e Técnicas da Pesquisa em História – TCC I	CARGA HORÁRIA: 60h/a	CRÉDITOS: 2.2.0
--	---------------------------------------	----------------------------------

EMENTA:

O trabalho científico. A pesquisa. O diário de pesquisa. O objeto de investigação. As fontes. A redação. A leitura de textos históricos. O projeto de pesquisa e suas características. Linhas de pesquisa na área de História. O orientador e o orientando. O planejamento e o cronograma de atividades. Os critérios de avaliação do projeto de pesquisa. A estrutura do projeto de pesquisa e do TCC, a partir das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Elaboração parcial do Trabalho de Conclusão de Curso.

Bibliografia Básica

BARROS, J. d'A. *O projeto de pesquisa: da escolha do tema ao quadro teórico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BLOCH, M. *Introdução à História*. Lisboa: Publicações Europa. América, [s.d].

CARDOSO, C. F.; BRIGNOLI, H. P. *Os métodos da História*. 5. ed. Rio de Janeiro: 1990.

JENKINS, K. *A História repensada*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

LARROSSA, J. *Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

VIEIRA, M. do P. de A. et al. *A pesquisa em História*. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 2003.

Bibliografia Complementar

BURKE, P. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CARDOSO, C. F. S. *Os métodos da História*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____; VAINFAS, R. *Domínios da história*. Rio de Janeiro. Campus, 1997.

LE GOFF, J.; NORA, P. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

_____. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

_____. *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:	CRÉDITOS:
7. Estágio Supervisionado I	90h/a	0.0.6

EMENTA:

O processo de formação e a trajetória da profissionalização docente e suas instâncias constitutivas. Laboratório e oficinas de: planejamento, ação docente e avaliação. Construção de materiais didáticos. Utilização das novas tecnologias em educação (internet/TV Escola). Projeto de Estágio. Estágio observacional escolar e não escolar e prático em instituições de ensino da escola básica.

Bibliografia Básica

FONSECA, T. N. de L. e. *História e ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

KARNAL, L. (Org.). *História da sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2003.

LIBÂNEO, J. C. *Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

KEITH, J. A *História repensada*. São Paulo: Contexto, 2001.

Bibliografia Complementar

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

OLIVA, A. R. A história africana nas escolas: entre abordagens e perspectivas. BRASIL, Ministério da Educação; CEAD. *Educação africanidades Brasil*. Brasília: Mec/CEAD/UnB, 2006.

VEIGA-NETO, A. *Foucault & a educação*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

4º SEMESTRE – MÓDULO IV

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:	CRÉDITOS:
1. História Contemporânea	45h/a	2.1.0

EMENTA:

Análise da produção historiográfica. A transição do mundo moderno para o mundo contemporâneo. Revolução Industrial. Revolução Americana. Revolução Francesa. Guerra e paz: o mundo fragmentado e os conflitos contemporâneos. Regimes totalitários. Socialismo, fascismo, nacionalismos. Descolonização e reordenamento dos espaços geopolíticos. Revolução cultural: sexualidade, família e relações de gênero. O ensino da história contemporânea na escola básica.

Bibliografia Básica

ARIÈS, P.; DUBY, G. *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v. 4.

BRESCIANI, M. S. M. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FALCON, F. J. C.; MOURA, G. *A formação do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

FURET, F. *Pensando a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HOBSBAWN, E. J. *A era das revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *A era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *A era dos impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *Era dos extremos: o breve século XX - 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MAYER, A. J. *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

PERROT, M. *Os excluídos da História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAID, E. W. *Orientalismo: oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

WILLIAMS, R. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Bibliografia Complementar

DIKENS, C. *Retratos ingleses*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

HOBSBAWM, E. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MAYER, A. *A força da tradição: a persistência do antigo regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

MERQUIOR, J. G. *Liberalismo viejo y nuevo*. Mexico DF: Fónodo de Cultura Económica, 1997.

MOURA, G. *Estados Unidos e América Latina: as relações políticas no século XX*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1991.

RUDÉ, G. *La Europa revolucionaria*. Madrid: Siglo XXI, 1974.

VOVELLE, M. *A Revolução Francesa contra a Igreja: da razão ao ser supremo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:	CRÉDITOS:
2. História do Brasil República	45h/a	2.1.0

EMENTA:

Análise da produção historiográfica. As ideias republicanas e a Proclamação da República. As relações sócio-políticas na República Velha. O movimento tenentista. Vocação agrária e emergência de uma economia urbana, o debate econômico. O processo de industrialização pós-trinta: o papel do estado, as classes sociais e a questão social sindical. O populismo e o militarismo: o caso brasileiro. O Brasil e a América Latina face à nova divisão internacional do trabalho: dívida externa, revolução tecnológica e a crise social. O ensino da história do Brasil na escola básica.

Bibliografia Básica

ANDRADE, M. C. de A. *1964 e o Nordeste: golpe, revolução ou contra-revolução*. São Paulo: Contexto, 1989.

CARDOSO, L. C. Construindo a memória do regime de 64. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH/MARCO ZERO, v. 11, n. 24, 1994.

CARVALHO, J. M. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

DAGNINO, E. *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DUTRA, E. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

LENHARO, A. *A sacralização da política*. Campinas: Papiros, 1986.

LINHARES, M. Y. (Org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

MONTEIRO, J. M.; BLAH, I. *Histórias e utopias*. São Paulo: ANPUH, 1996.

MOTA, G. (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. São Paulo: Ed. SENAC/São Paulo, 2000.

PANDOLFI, D. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

SARKAR, P. R. *Democracia econômica: teoria da utilização progressiva*. São Paulo: Ananda Marga, 1996.

SCHWARCZ, L. M. *História da vida privada no Brasil: contrastes e intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SINGER, P. *A formação da classe operária*. São Paulo: Atual, 1988.

WEFFORT, F. C. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

Bibliografia Complementar

AVELAR, L. *O segundo eleitorado: tendências do voto feminino no Brasil*. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1989.

BENEVIDES, M. V. de M. *A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular*. Ática: São Paulo, 1991.

BORGES, V. P. *Tenentismo e revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

CARDOSO, F. H. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

IGLESIAS, F. *Trajatória política do Brasil (1500-1964)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

LAPA, J. R. (Org.). *História política da República*. Campinas, SP: Papyrus, 1990.

MENDONÇA, S. R.; FONTES, V. M. *História do Brasil recente (1964-1980)*. São Paulo: Ática, 1988.

SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. (1930-1964). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

DISCIPLINA: 3. História do Piauí	CARGA HORÁRIA: 45h/a	CRÉDITOS: 2.1.0
---	---------------------------------------	----------------------------------

EMENTA

O Piauí no contexto do Brasil Colonial. A ocupação do território e os confrontos com os indígenas. A colonização e violência no sertão. A economia do gado. A sociedade e as redes familiares. As relações sociais no escravismo. O Piauí na primeira metade do século XIX. As lutas pela independência e o Império. A constituição política e administrativa do Piauí na segunda metade do século XIX e século XX. As ideias de progresso e os projetos de desenvolvimento do Estado. O aspecto cultural piauiense: literatura e historiografia. Cultura e civilidades. O ensino da história do Piauí na escola básica.

Bibliografia básica

ALENCASTRE, J. M. P. de. *Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí*. Teresina: COMEPI, 1981.

BRANDÃO, T. M. P. *A elite colonial piauiense*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

_____. *O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII*. Teresina: EDUFPI, 1999.

CARVALHO, J. R. F. de. *Resistência indígena no Piauí colonial*. Imperatriz: Ética, 2005.

CHAVES, J. (Mons.). *Obra completa*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2005.

DIAS, C. M. M. *Balaios e Bem-te-vis: a guerrilha sertaneja*. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2002.

FALCI, M. B. K. *Escravos do sertão: demografia, trabalho e relações sociais*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

MOTT, L. R. B. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985.

NUNES, O. *Pesquisa para a história do Piauí*. 3. ed. Teresina: FUNDAPI/FMMC, 2007.

QUEIROZ, T. de J. M. *Economia Piauiense: da pecuária ao extrativismo*. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 1998.

_____. *Os literatos e a República*. Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

Bibliografia complementar

ARAÚJO, M. M. B. de. *Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina 1877-1914*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

BRANDÃO, W. de A. *História da Independência no Piauí*. Teresina: Fundape, 2006.

MACHADO, P. H. C. *As trilhas da morte: extermínio e espoliação das nações indígenas na região da bacia hidrográfica paraibano-piauiense*. Teresina: Corisco, 2002.

MENDES, F. *Economia e desenvolvimento do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.

NASCIMENTO, F. A. do. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina: 1937-1945*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

SANTANA, R. N. M. de (Org.). *Piauí: Formação – Desenvolvimento – Perspectivas*. Teresina: Halley, 1995.

SILVA, R. M. da. *Aldeamentos dos Acoroás*. Teresina: COMEPI, 2003.

DISCIPLINA: 4. História da África	CARGA HORÁRIA: 45h/a	CRÉDITOS: 3.0.0
---	--------------------------------	---------------------------

EMENTA

Cultura e sociedade africanas antes da Colonização europeia. Expansão marítimo-comercial e colonialismo. Imperialismo e dependência. A “Construção” do Terceiro Mundo. Descolonização da África. A África na atualidade. Diversidade sociocultural das etnias africanas que imigraram para América Portuguesa. O racismo, o preconceito e a discriminação racial e suas manifestações no currículo escolar.

Bibliografia básica

BASTIDE, R. *As religiões africanas no Brasil*. São Paulo: EDUSP/Pioneira, 1971.

BARROS, J. d’A. *A construção social da cor: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 2009.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, DF: Ministério da Educação e do Desporto (MEC), 1996.

_____. Ministério da Justiça. *Relatório do Comitê Nacional para preparação da participação brasileira na III Conferência Mundial das Nações Unidas contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata*. Durban, 31 ago./7 set. 2001.

_____. Lei n.º 10.639 de 9 de janeiro de 2003. *Diário Oficial da União*, Brasília, 10 jan. 2003.

_____. Ministério da Educação. SEPP/IR. INEP. *Diretrizes Curriculares para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana*. Brasília, DF, 2004.

_____. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade Ministério da Educação. *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais*. Brasília: SECAD, 2006.

_____. Lei n.º 11.645/2008 de 10 de março de 2008. *Diário Oficial da União*. Brasília, 11 mar. 2008.

CANEDO, L. B. *A descolonização da Ásia e da África*. São Paulo: Atual, 1986.

CARMO, J. C. do. *O que é candomblé*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

CARNEIRO, E. *Candomblés da Bahia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

DEL PRIORE, M.; VENÂNCIO, R. P. *Ancestrais: uma introdução à história da África atlântica*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2004.

FLORENTINO, M. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FREYRE, G. *Casa grande & senzala*. 3. ed. São Paulo: Anita, 1995.

HERNANDEZ, L. Movimentos de resistência na África. *Revista de História*, São Paulo, n.141, 2º semestre, 1999.

_____. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005.

HOBSBAWM, E. J. *A era dos impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MUNANGA, K. (Org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

Bibliografia complementar

MILLER, J. C. África Central durante a era do comércio de escravizados, de 1490 a 1850. In: HEYWOOD, L. M. *Diáspora negra no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

PINSKY, J. *As primeiras civilizações*. São Paulo: Atual, 1987.

POLIAKO, L. *De Maomé aos marranos: história do anti-semitismo*. São Paulo: Perspectiva, 1984.

SAID, E. W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Companhia das Letras, São Paulo, 1990.

SILVA, A. da C. *A África explicada aos meus filhos*. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

SILVA, A. C. da. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA, K. (Org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Continuada/Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 21-37.

YOUNG, R. J. C. *Desejo colonial: hibridismo em teoria, cultura e raça*. São Paulo: perspectiva, 2005.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:	CRÉDITOS:
5. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC II	60h/a	1.3.0

EMENTA:

Aportes teóricos e metodológicos que fundamentam o tema em desenvolvimento. Pesquisa e sistematização bibliográfica. Composição, sistematização e análise do corpus documental. A redação do Trabalho de Conclusão de Curso. Normalização, conforme a ABNT. Socialização do trabalho Monográfico.

Bibliografia básica

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração*. Rio de Janeiro, 2002.

BOUTIER, J.; JÚLIA, D. (Org.). *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: EdUFRJ/FGV, 1998.

BURGUIÈRE, A. (Org.). *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

BURKE, P. (Org.). *A escrita da história: nova perspectiva*. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

_____. *A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.

Bibliografia complementar

BURKE, P. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CARDOSO, C. F. S. *Os métodos da História*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
 _____; VAINFAS, R. *Domínios da história*. Rio de Janeiro. Campus, 1997.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:	CRÉDITOS:
6. Estágio Supervisionado II	120h/a	0.0.8

EMENTA:

Projeto de Estágio; Estágio de Regência no Ensino Fundamental e Médio.

Bibliografia Básica

BEHRENS, M. A. *O paradigma emergente e a Prática Pedagógica*. 3. ed. Curitiba: Champagnat, 2003.

BITTENCOURT, C. M. F. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2005.

CARRETERO, M. et al. (Org.). *Ensino da História e memória coletiva*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FONSECA, T. N. de L. e. *História e Ensino de História*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2003.

PERRENOUD, P. *A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógicas*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

PINSKY, C. (Org.). *Novos temas nas aulas de história*. São Paulo: Contexto, 2009.

ZAMBONI, E. Representações e linguagens no ensino de História. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, Marco Zero, v. 18, n. 36, 1998.

Bibliografia Complementar

MAGALHÃES, M. de S. História e Cidadania: por que ensinar história hoje? In: ABREU, M.; SOIHET, R. (Org.). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

MONTEIRO, A. M. *Professores de História: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Maud X, 2007.

MUNANGA, K. (Org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MUNIZ, D. do C. G. Construindo diferenças: a escolarização de meninos e meninas. In: LOPES, A. A. et al. (Org.). *História da Educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FCH; Fumec, 2002.

OLIVEIRA, M. M. D. de. *O direito ao passado: uma discussão necessária à formação do profissional de História*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2003.

_____; OLIVEIRA, A. F. de (Org.). *Livros didáticos de História: escolhas e utilizações*. Natal: EDUFRN, 2009.

11.5 Estrutura do bloco e Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

Para atender satisfatoriamente à nova estrutura curricular, definiu-se o bloco curricular como obrigatoriedade de matrícula em todas as disciplinas do período letivo, pertencentes ao bloco, definidas na organização da matriz curricular do Curso. Esta exigência é necessária para que se possa propiciar ao Professor maior interdisciplinaridade no exercício da prática docente, tendo em vista que, com esta ação, será facilitada a articulação inter e intra bloco. Além disso, apresenta as seguintes características:

- permite a constituição de turmas com número regular de alunos;
- propicia a regularização do fluxo curricular dos alunos, levando-os a concluir o Curso em tempo hábil;
- facilita o acompanhamento pedagógico do currículo e o planejamento da oferta de disciplinas a cada período letivo;
- recupera politicamente o significado de turma, pois um grupo de alunos que inicia o curso junto tem a garantia de realizá-lo e concluí-lo no mesmo grupo, possibilitando a criação de laços afetivos e políticos, benéficos para a consolidação da cidadania.

Considerando as características relacionadas, algumas observações devem ser anotadas, para dirimir possíveis dúvidas.

Em caso de reprovação, será facultada ao aluno a sua matrícula nas disciplinas do Bloco seguinte que não tenham impedimento.

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC – será elaborado pelo aluno, sob a

orientação de um professor do Curso, tendo como objeto de investigação questões referentes aos estudos históricos e a prática docente, exigindo-se uma exposição oral do Trabalho. As normas específicas de desenvolvimento do TCC serão detalhadas em regimento próprio a ser aprovado pelo Colegiado do Curso.

O aluno de História só estará habilitado a receber sua Colação de Grau quando integralizar a carga horária prevista, contemplando todas as disciplinas do Curso, incluindo a aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso.

O título acadêmico a ser conferido ao concludente do Curso de História da UFPI será o de **Licenciado em História**.

12 REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) DO CURSO DE HISTÓRIA DA UFPI

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) representa uma exigência do Conselho Nacional de Educação, Resolução CNE nº 13, de 13/03/2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em História Licenciatura. No Artigo 12 da referida resolução, lê-se: “Para conclusão do Curso de Graduação em História Licenciatura Plena o aluno deverá elaborar um trabalho sob orientação docente”.

A pesquisa é fundamental para a formação profissional do indivíduo, pois a sociedade contemporânea requer profissionais com conhecimento do método científico, razão pela qual o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de História da UFPI tem como objetivo principal buscar respostas para questões que existem na prática do fazer historiográfico do docente.

O TCC é o espaço curricular destinado à realização de pesquisa e/ou publicação científica, representando a culminância da produção intelectual do aluno. O trabalho consiste do estudo de um tema delimitado, objetivando o aprofundamento do conhecimento como forma de contribuir para o segmento em que se insere. Para desenvolvê-lo, é preciso que o aluno esteja preparado para trabalhar intelectualmente, podendo desenvolver o estudo, a leitura e a documentação pessoal com relativa autonomia. Desta forma, é importante estabelecer uma sistemática de trabalho que contemple horas de leitura e reflexão sobre o tema pesquisado, horas de pesquisa de campo e investigação e horas de orientação individual e/ou coletiva.

Esse regulamento indica os procedimentos para o planejamento, orientação, execução e apresentação do TCC, que resulta em um documento de caráter científico com objetividade, clareza, precisão, imparcialidade, coerência e consistência, cujo enfoque é específico da área de História.

TÍTULO I

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º – Este Regulamento tem por finalidade estabelecer normas para o Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) da Graduação em História, Modalidade Licenciatura do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Parágrafo único - O TCC é requisito indispensável à integralização curricular.

Art. 2º – O TCC, atividade curricular integrante do Currículo do Curso de Graduação em Licenciatura em História, é obrigatório. As disciplinas TCC I e TCC II têm por objetivo proporcionar ao graduando experiência em pesquisa necessária ao bom desempenho profissional.

Art. 3º – O TCC será elaborado, individualmente, sobre problemas de natureza histórica, tendo por princípio a sua relevância social e científica na formação docente.

Parágrafo Único – Serão aceitas como modalidades de TCC: Monografias, Artigos Científicos para publicação em Revistas Especializadas indexadas (acompanhado do respectivo aceite de publicação do trabalho) e Documentários em Vídeo.

Art. 4º – Nas disciplinas TCC I e TCC II, haverá no máximo 05 (cinco) alunos em cada turma.

TÍTULO II

SEÇÃO I DA ORGANIZAÇÃO

Art. 5º – As disciplinas TCC I e TCC II compreenderão atividades de Orientação, Acompanhamento e Avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso com o envolvimento do professor orientador, ministrante das disciplinas.

TÍTULO II

SEÇÃO II DAS ATRIBUIÇÕES DO COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA

Art. 6º – Ao Colegiado do Curso de Graduação em História do PARFOR-UFPI compete:

- I. Publicar, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, o local, o horário e a data de entrega do TCC pelo aluno;
- II. Providenciar encaminhamento à Biblioteca Central de cópia do TCC aprovado, segundo as normas estabelecidas neste documento;
- III. Manter banco de dados atualizado dos Trabalhos de Conclusão de Curso aprovados, bem como *linhas de pesquisa* dos professores orientadores;
- IV. Colaborar, sempre que necessário, com o Professor Orientador, no que diz respeito aos contatos com instituições públicas, privadas e de terceiro setor, a fim de viabilizar o acesso ao material de referência para a pesquisa, durante a elaboração do TCC pelo aluno.

TÍTULO II

SEÇÃO III

DAS ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR ORIENTADOR DO TCC

Art. 7º – Ao Professor Orientador compete:

- I. Observar as normas que orientam o TCC;
- II. Colaborar com o(s) Discente(s) na escolha e definição do tema do TCC;
- III. Acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos de seus orientandos;
- IV. Orientar e avaliar o(s) Discente(s) em todas as fases do processo de elaboração do projeto, execução da pesquisa e apresentação do TCC.

Art. 8º – Os Professores Orientadores serão, preferencialmente, do quadro docente da UFPI.

Art. 9º – Para orientação do TCC, será cadastrado pelo Colegiado do Curso de História do PARFOR-UFPI, a pedido do Discente, um Professor Orientador, com titulação mínima de especialista, cuja área de conhecimento esteja relacionada ao tema escolhido pelo Discente. Este professor atuará como ministrante das disciplinas TCC I e TCC II.

§ 1º – O Professor de 40 (quarenta) horas semanais ou dedicação exclusiva poderá orientar até 10 (dez) trabalhos por semestre.

§ 2º – O Professor de 20 (vinte) horas semanais poderá orientar até 05 (cinco) trabalhos por semestre.

§ 3º – Cada aluno deverá escolher o orientador do seu trabalho de acordo com a área de interesse da pesquisa e da disponibilidade do orientador.

Art. 10º – Ao escolher o Professor Orientador, o aluno deverá realizar convite formal, acompanhado de Projeto de Pesquisa.

Art. 11º – O Professor Orientador poderá solicitar o afastamento da orientação, desde que os motivos sejam devidamente fundamentados.

Parágrafo Único. Para tanto, deverá comunicar, de forma escrita, ao aluno por ele orientado e ao Colegiado do Curso, para que o aluno e o Colegiado do Curso de Graduação apresentem um novo orientador.

Art. 12º – O aluno poderá solicitar, por iniciativa própria, ao Coordenador do Curso de Licenciatura, a substituição de seu orientador, desde que justifique as razões por escrito e indique novo orientador. Ao Coordenador do Curso, caberá submeter tal solicitação à apreciação do Colegiado de Curso.

TÍTULO III

SEÇÃO I DA AVALIAÇÃO

Art. 13º – A avaliação do TCC será feita por uma Comissão de Avaliação formada pelo Professor Orientador e por 02 (dois) Professores da UFPI indicados pelo orientador e orientando e aprovados pela Chefia do Departamento de Geografia e História.

Art. 14º – A avaliação do TCC levará em consideração os seguintes aspectos:

- I. Coerência entre problemas, objetivos e a argumentação;
- II. Normas da ABNT;
- III. Relevância da proposta, a natureza histórica e interdisciplinar, os aspectos teóricos, metodológicos e de narrativa do trabalho.

Art. 15º - A nota final do TCC será resultado do somatório das notas dos membros da banca e sua divisão para a obtenção da média de avaliação. Será aprovado o aluno que obtiver no mínimo 7,0 (sete) pontos.

Art. 16º - O aluno que não obtiver a nota mínima de 7,0 (sete) e/ou não apresentar o TCC dentro do prazo estabelecido por motivo não justificado será considerado reprovado.

Art. 17º – O depósito do TCC deverá ser feito sob a forma digital (Cd-Rom) e 4 (quatro) exemplares, sendo 1 (um) destinado ao Professor Orientador, 1 (um) ao examinador I, 1 (um) ao examinador II e 1 (um) a ser encaminhado pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em História à Biblioteca Central da UFPI.

§ 1º – No Cd-Rom, deverá constar: nome do aluno e do orientador, título do trabalho, linha de pesquisa e data de conclusão do trabalho.

§ 2º – O Professor Orientador deverá encaminhar ao Coordenador do Curso de História e/ou à Coordenação Geral do PARFOR-UFPI o Trabalho Final de seu Orientando para que essa baixe portaria estabelecendo a Comissão de Avaliação com os membros indicados pelo professor orientador e pelo orientando.

Art. 18º – Caso o TCC não seja aceito pela Comissão de Avaliação, o aluno terá o prazo de 30 (trinta) dias para as alterações necessárias e nova apresentação.

TÍTULO IV

SEÇÃO I

DOS DEVERES E DIREITOS DOS ALUNOS

Art. 19º – Além dos previstos no regimento interno da UFPI e legislação pertinente ao assunto, são direitos dos alunos matriculados nas disciplinas TCCs:

- I. Dispor de elementos necessários à execução de suas atividades, dentro das possibilidades científicas e técnicas da Universidade;
- II. Ser orientado por um Professor na realização do TCC;
- III. Ser previamente informado sobre o prazo para entrega do TCC.

Art. 20º – Além dos previstos nas normas internas da Universidade e legislação pertinente ao assunto, são deveres do aluno matriculado na disciplina TCC:

- I. Cumprir este regulamento;

- II. Realizar a Apresentação Pública nos prazos e condições determinados;
- III. Cumprir horários e cronogramas de atividades da disciplina TCC II;
- IV. Responsabilizar-se pelo uso de direitos autorais resguardados por lei a favor de terceiros, quando das citações, cópias ou transcrições de textos de outrem.

TÍTULO IV

SEÇÃO II

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 21º – Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado dos Cursos de Licenciatura em História, o Professor Orientador e o Orientando.

Art. 22º – Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

13 ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS

As **atividades complementares** (ou atividades acadêmico-científico-culturais), no total de **110 (cento e dez) horas**, deverão ser cumpridas pelos alunos ao longo dos semestres letivos. Elas deverão permitir ao aluno vivenciar, no decorrer de todo o Curso, atividades diferenciadas, de forma que busque um aprofundamento em suas áreas de interesse. Elas constituem espaços curriculares que visam a assegurar a seguinte diretriz para a formação de professores da educação básica:

[...] é preciso instituir tempos e espaços curriculares diversificados como oficinas, seminários, grupos de trabalho supervisionado, grupos de estudo, tutorias e eventos, atividades de extensão, entre outros capazes de promover e, ao mesmo tempo, exigir dos futuros professores atuações diferenciadas, percursos de aprendizagens variados, diferentes modos de organização do trabalho, possibilitando o exercício das diferentes competências a serem desenvolvidas. (BRASIL Ministério da Educação, 2001, p.39).

Dessa forma, serão consideradas no cômputo das horas as seguintes atividades, desde que reconhecidas, supervisionadas e homologadas pelo Colegiado e Coordenação do Curso: participação em eventos de caráter científico e/ou cultural como seminários, congressos, com ou sem apresentação de trabalhos; monitorias; participação em pesquisa e projetos institucionais, participação em grupos de estudo/pesquisa, cursos de extensão e aprendizagem de novas tecnologias aplicadas ao saber/fazer da área etc.

14 A INTEGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A integração ensino, pesquisa e extensão, na forma como se vislumbra na constituição do Projeto Político Pedagógico para a Licenciatura em História, passa pelo pressuposto de que esta relação se dá, fundamentalmente, na dinâmica de desenvolvimento das atividades acadêmicas e da vontade do corpo docente na ação interativa do projeto pedagógico.

Entende-se não ser conveniente partir de um conceito ideal de pesquisa, ensino e extensão, mas apostar na indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão como centralidade do “fazer pedagógico da universidade”. Para as licenciaturas, esta relação assume caráter de prática orientada sempre pela reflexão e ação.

Contudo, considera-se que a concretização desta prática de integração depende do compromisso do professor da UFPI com esse trinômio, respeitando sempre sua competência intelectual. Para esta proposta curricular, a pesquisa será tomada como “princípio educativo fundamental” corroborando para que a formação do licenciado em história seja profícua no que tange a sua atuação no ensino fundamental e médio. É o que se projeta como ideal para a graduação em história onde, frequentemente, a questão do ensino era secundarizada por entendê-lo como simples transmissão de conteúdo.

Dessa forma, ensino, pesquisa e extensão se colocam como constituintes da proposta deste projeto político pedagógico que incorpora o pressuposto de que a pesquisa se imbrica à prática pedagógica e à extensão, respeitando a pluralidade de perspectivas teóricas e interesses de pesquisas para o ensino, para extensão.

15 RECURSOS

15.1 Humanos

15.1.1 Docentes

O Curso de História será ministrado pelos docentes das áreas de Ciências Humanas, notadamente, já que a maioria do elenco das disciplinas é de conteúdo histórico. As demais disciplinas curriculares serão ministradas por profissionais da área de educação e afins.

Para que haja uma maior integração entre as diversas áreas do conhecimento histórico, necessário se faz que sejam formados grupos de estudos por área para que os docentes possam entrar em sintonia com relação aos conteúdos, métodos e referencial utilizado. Para isso, a Coordenação do Curso de História deverá promover semestralmente esses encontros, estabelecendo dia, horário e locais dessas reuniões.

Há, ainda, necessidade de cursos de aperfeiçoamento para o pessoal docente, para que esses atualizem seus conhecimentos, sobretudo, nas disciplinas como Metodologia da História, Filosofia da História, Métodos e Técnicas de Pesquisa.

15.2 Materiais

15.2.1 Salas de aula

Serão necessárias no mínimo 04 (quatro) salas de aula para a dinâmica das aulas das disciplinas a serem ministradas no Curso.

15.2.2. Outros espaços

Os cursos necessitarão de, no mínimo, dois laboratórios: um que deverá funcionar como sala virtual, uma espécie de Laboratório de Ensino de História que deverá ter materiais

e aparelhos de uso didático, tais como: retroprojetores, televisão, aparelho de DVD, videocassete, telão, notebook, scanners, datashow, caixas de som, microsystems etc e um acervo de filmes e documentários, instrumentos esses fundamentais ao bom funcionamento de aulas teóricas e práticas, e outro laboratório de informática com bancadas, uma mesa grande central para recuperação de material iconográfico, além de computadores e scanners. Este ambiente funcionará também como laboratório de História Oral. Ambos os espaços deverão ter uma acústica capaz de não afetar o funcionamento de outras salas, pois, nesses laboratórios, serão realizadas atividades com som alto e outras em que há necessidade de silêncio também, como no caso da realização das entrevistas, uso da técnica da história oral. Serão necessários armários de aço, filmadoras, gravadores, computadores, scanners etc. para a realização das entrevistas e arquivagem das mesmas. Será necessário também um acervo bibliográfico.

15.2.3. Material bibliográfico

O acervo de obras da Biblioteca do campus deverá contemplar todo o elenco de disciplinas do curso proposto, fazendo-se necessário dotá-la dos títulos indicados pelos professores.

16 AVALIAÇÃO

16.1 Da aprendizagem

A sistemática de avaliação do processo ensino-aprendizagem deverá basear-se no domínio dos conteúdos e das experiências desenvolvidas no Curso, com vistas a garantir a qualidade da formação acadêmico-profissional e será ancorada na Resolução nº 043/95-CEPEX da UFPI, que regulamenta a verificação do rendimento escolar. O professor deve adotar um sistema de avaliação acadêmica baseado nos tipos de avaliação: formativa ou contínua, avaliação somativa.

A avaliação dos alunos ou a avaliação específica do processo ensino-aprendizagem terá caráter processual e será realizada no decorrer das atividades do processo de ensino-aprendizagem, como forma de subsidiar a aprendizagem. Assim, ela terá caráter diagnóstico, formativo e também somatório. Nesse caso, será fundamentada na Resolução nº 043/95 do CEPEX/UFPI e será feita por disciplina e semestralmente. No início do Curso, será fornecida ao aluno esta resolução. A avaliação do processo formativo na dimensão tempo-escola será feita no decorrer das aulas presenciais, sendo que, no final do tempo-escola, será realizada também avaliação somativa. A avaliação do tempo-comunidade de cada disciplina será feita nos dois encontros com o professor: no encontro para o acompanhamento do que está sendo realizado pelos alunos, ou seja, as atividades práticas, e no encontro onde estas experiências serão socializadas. Caso o aluno não atinja a média 7,0 (sete), terá a chance de realizar um exame final, determinado pelo professor.

Deve-se também avaliar a disciplina e seu desempenho, objetivando detectar falhas cometidas, que serão corrigidas no planejamento da disciplina, contribuindo para a melhoria da qualidade do profissional que se pretende formar.

A avaliação do projeto também acontecerá de forma contínua e sistemática e contribuirá para o êxito da proposta, uma vez que essa avaliação servirá de tomada de decisão para continuidade das ações eficientes e mudanças de outras cujo resultado foi negativo. Assim, ao término de cada disciplina, será feita a avaliação pelo aluno, através de um formulário e também pelo professor. Os coordenadores do Curso serão responsáveis por tratar os dados colhidos desses formulários, complementá-los com conversas estabelecidas com os professores do curso e alunos, julgá-los e tomar a atitude devida. A ideia é tomar os indicadores desta avaliação para melhorar, sempre, a qualidade do ensino.

Nessa perspectiva, a avaliação do Curso exige a avaliação do processo de formação: natureza e objetivos do Curso e a avaliação da ação docente do profissional (professor/aluno) envolvido no Curso de História.

16.2 Do currículo

A implantação e o desenvolvimento curricular do Curso de Licenciatura em História deverão ser acompanhados e permanentemente avaliados, a fim de permitirem os ajustes que

se fizerem necessários ao seu aperfeiçoamento. Nesse caso, o currículo será avaliado considerando-se duas dimensões: **processo** e **produto**.

Processo - durante a execução deste currículo, será observado se a aprendizagem dos alunos nas diversas disciplinas, em termos de resultados parciais, está se processando satisfatoriamente ou se necessita de reformulação. Este trabalho será realizado através da comparação das atividades realizadas com as planejadas, tendo em vista promover a melhoria curricular. A cada ano, será feita uma avaliação desse processo para detectar-se se há necessidades de alteração.

Produto - após a conclusão de 01 (uma) turma em períodos consecutivos, ocorrerá uma avaliação, objetivando-se a visualização do conjunto de resultados previstos e realizados, permitindo um julgamento eficaz de todas as atividades desenvolvidas.

Para realizar-se a avaliação do currículo, será utilizada a seguinte metodologia:

- reunir periodicamente todos os professores, agrupados por disciplinas afins, com a finalidade de proporcionar a integração curricular;
- controlar a elaboração dos planos de curso sem esquecer os elementos que compõem este plano;
- aplicar, a cada final de período letivo, questionário de avaliação do desempenho do professor;
- reunir periodicamente os professores que trabalham com o programa de orientação acadêmica, para colher subsídios.

16.3 A autoavaliação do Curso

O processo de autoavaliação institucional é efetivado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), a qual posta, anualmente, relatórios de autoavaliação no sistema E-MEC, que contemplam as dez dimensões do SINAES.

A metodologia da autoavaliação da UFPI se baseia nos princípios de: adesão voluntária, avaliação total e coletiva, unidade de linguagem e competência técnico-metodológica, sendo realizada pela CPA, com o apoio da Diretoria de Informação e Avaliação Institucional (DIAI), obedecendo às normas propostas pela Comissão Nacional de Avaliação

da Educação Superior (CONAES).

No âmbito do Curso, são utilizadas metodologias e critérios para o acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem, em consonância com o sistema de avaliação e a dinâmica curricular definida pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da UFPI e aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX) e embasados nos referenciais de qualidade para os cursos de graduação.

A abordagem pedagógica do Curso pressupõe o aluno como construtor de seu conhecimento e da sua história, buscando a necessária relação entre a teoria e a prática. Desde o início do Curso, os discentes terão oportunidade de vivenciar práticas pedagógicas que os estimulam a: ler e interpretar textos, analisar e criticar informações, extrair conclusões por indução e/ou dedução, estabelecer relações, comparações e contrastes em diferentes situações, detectar contradições, fazer escolhas valorativas avaliando consequências, questionar a realidade e argumentar coerentemente, de forma a proporcionar-lhes competências e habilidades para propor ações de intervenção e de soluções para situações-problema, elaborar perspectivas integradoras e sínteses e, também, administrar conflitos dentro da temática pertinente ao Curso.

17 REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 9394/96. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução n°. 02, de fevereiro de 1999.

_____. _____. Conselho Pleno. Resolução n°. 01, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura de graduação plena. *Diário Oficial da União*, Brasília, 4 março 2002. Seção 1, p.8.

_____. _____. Câmara de Educação Superior. Resolução n°. 13, de 13 de março de 2002. Estabelece as diretrizes curriculares para o curso de História. Disponível em: <<http://www.abmes.org.br/Legislac/2002/resolucao/RES-CES-13-130302htm>>. Acesso em: 10 nov. 2002.

_____. *Decreto Lei de Libras nº 5.626*, de 22 de dezembro de 2002.

_____. *Lei sobre a Língua Brasileira de Sinais*, nº 10.436, de 24 de abril de 2004.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. *Parecer CNE/CP 009/2001*. [Brasília], 2001.

_____. Conselho Nacional de Educação. *Parecer CNE/CES 492/2001*. [Brasília], 3 de abril de 2001.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara Superior de Ensino. *Parecer CNE/CS 009/2001, de 8 de maio de 2001* [Brasília], 2001, p.39.

_____. Universidade Federal de Goiás. Resolução CCEP n. 395 de 1995. Fixa novo currículo pleno do curso de História – Bacharelado e Licenciatura para os alunos que ingressarem a partir de 1996 e dá outras providências.

GOIÁS. Universidade Federal de Goiás. Regulamento Geral dos Cursos de Graduação. Dezembro de 2000.

_____. Circular/Prograd/RGCG/016 de 1º de abril de 2003. Orientações gerais para a elaboração de projeto pedagógico dos cursos de graduação adequadas ao novo RGCG/UFG.

_____. Circular/Prograd/RGCG/025 de 08 de maio de 2003. Sugestões para construção de projeto político-pedagógico dos cursos de graduação da UFG.

_____. Pró-reitoria de Graduação. Câmara de Graduação. Resolução/CEPEC nº 626 de 14/10/2003. Define critérios para a Formação de Professores da UFG.

PROJETO Pedagógico do Curso de História. Universidade Federal do Piauí. Nov. 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

**QUADRO DE PROFESSORES
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA**

NOME COMPLETO	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Antônio dos Santos Fonseca Neto	Mestre	40h/DE
Antônio Melo Filho	Mestre	40h/DE
Áurea da Paz Pinheiro	Doutora	40h/DE
Bernardo Pereira Sá	Mestre	40h/DE
Denílson Botelho de Deus	Doutor	40h/DE
Elizângela Barbosa Cardoso	Doutora	40h/DE
Edwar de Alencar Castelo Brasil	Doutor	40h/DE
Francisco Alcides do Nascimento	Doutor	40h/DE
João Jenedy Eugênio	Doutor	40h/DE
João Renôr Ferreira de Carvalho	Doutor	40h/DE
Manoel Ricardo Arraes Filho	Doutor	40h/DE
Maryneves Saraiva Área Leão	Especialista	40h/DE
Merlong Solano Nogueira	Mestre	40h/DE
Pedro Vilarinho Castelo Branco	Doutor	40h/DE
Paulo Ângelo de Menezes	Doutor	40h/DE
Robério Américo do Carmo Souza	Doutor	40h/DE
Maria do Socorro Rangel	Mestre	40h/DE
Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz	Doutora	40h/DE
Verônica Maria Pereira Ribeiro	Especialista	40h/DE

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

**QUADRO DE PROFESSORES
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS**

NOME COMPLETO	MATRÍCULA SIAPE	CPF	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Ana Maria Koch			Doutora	40h/DE
Ana Paula Cantelli Castro	1373903	766.361.946-34	Mestre	40h/DE
Francisco de Assis de Sousa Nascimento	2367712	710.431.603-53	Doutor	40h/DE
Francisco Gleison da Costa Monteiro	1783526	448.623.853-20	Mestre	40h/DE
Frederico Osanan Amorim Lima	257485-5	856.652.153-68	Mestre	40h/DE
Johny Santana de Araújo	1551249	474.646.073-68	Doutor	40h/DE
José Lins Duarte	1277788	317.576.854-72		40h/DE

Marylu Alves de Oliveira	2641905	804.178.253-15	Mestre	40h/DE
Nilsângela Cardoso Lima	2575484	645.924.053-15	Mestre	40h/DE
Olívia Candeia Lima Rocha	2571784	812.241.093-68	Mestre	40h/DE

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

QUADRO DE PROFESSORES

**CAMPUS AMILCAR FERREIRA SOBRAL
COLÉGIO AGRÍCOLA DE FLORIANO – CAFS**

NOME COMPLETO	MATRÍCULA SIAPE	CPF	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Mairton Celestino da Silva	017432308	913.005.923-20	Mestre	40h/DE